Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015 7

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014 8

Demonstração do Valor Adicionado 9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 10

Balanço Patrimonial Passivo 11

Demonstração do Resultado 12

Demonstração do Resultado Abrangente 13

Demonstração do Fluxo de Caixa 14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015 15

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014 16

Demonstração do Valor Adicionado 17

Comentário do Desempenho 18

Notas Explicativas 34

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 87

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 88

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 89

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes 90

Motivos de Reapresentação 91

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	124.863.944
Preferenciais	0
Total	124.863.944
Em Tesouraria	
Ordinárias	349.300
Preferenciais	0
Total	349.300

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.060.874	977.310
1.01	Ativo Circulante	217.955	202.389
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	28.770	39.021
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	63.418
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	63.418
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	0	63.418
1.01.03	Contas a Receber	126.708	83.837
1.01.03.01	Clientes	126.708	83.837
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.157	1.474
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.157	1.474
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	60.320	14.639
1.01.08.03	Outros	60.320	14.639
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	2.955	2.063
1.01.08.03.02	Partes Relacionadas	52.335	7.478
1.01.08.03.03	Outros ativos	5.030	5.098
1.02	Ativo Não Circulante	842.919	774.921
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.481	8.033
1.02.01.03	Contas a Receber	2.897	3.246
1.02.01.03.01	Clientes	2.897	3.246
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.584	4.787
1.02.01.09.03	Outros ativos	1.335	1.538
1.02.01.09.05	Ativos indenizatórios	3.249	3.249
1.02.02	Investimentos	462.388	400.625
1.02.02.01	Participações Societárias	462.388	400.625
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	462.388	400.625
1.02.03	Imobilizado	358.922	353.013
1.02.04	Intangível	14.128	13.250

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.060.874	977.310
2.01	Passivo Circulante	123.723	126.747
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	32.650	29.301
2.01.02	Fornecedores	10.869	10.599
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.869	10.599
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.816	4.621
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	472	666
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	472	666
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.344	3.955
2.01.03.02.01	Tributos a Recolher	4.344	3.955
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	30.671	28.445
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	30.671	28.445
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	30.671	28.445
2.01.05	Outras Obrigações	44.717	53.781
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	23.970	26.067
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	23.970	26.067
2.01.05.02	Outros	20.747	27.714
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.925	8.232
2.01.05.02.04	Obrigações de Arrendamento Mercantil	3.097	3.011
2.01.05.02.05	Outros Passivos	2.403	1.595
2.01.05.02.06	Compromissos a Pagar	13.322	14.876
2.02	Passivo Não Circulante	233.872	223.911
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	83.521	71.699
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	83.521	71.699
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	83.521	71.699
2.02.02	Outras Obrigações	148.757	150.463
2.02.02.02	Outros	148.757	150.463
2.02.02.02.03	Obrigações de Arrendamento Mercantil	146.704	147.511
2.02.02.02.04	Compromissos a Pagar	2.053	2.952
2.02.04	Provisões	1.594	1.749
2.02.04.02	Outras Provisões	1.594	1.749
2.02.04.02.04	Provisão para Contingências	1.594	1.749
2.03	Patrimônio Líquido	703.279	626.652
2.03.01	Capital Social Realizado	377.048	377.048
2.03.02	Reservas de Capital	-6.217	0
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-6.217	0
2.03.04	Reservas de Lucros	260.665	250.190
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	71.783	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	0	-586
2.03.08.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	-586

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	101.363	89.411
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-37.546	-29.447
3.03	Resultado Bruto	63.817	59.964
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	26.033	-1.839
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-36.236	-27.140
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-341	-1.079
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	62.610	26.380
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	89.850	58.125
3.06	Resultado Financeiro	-5.349	2.038
3.06.01	Receitas Financeiras	3.540	10.312
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.889	-8.274
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	84.501	60.163
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.657	-1.457
3.08.01	Corrente	-1.657	-1.457
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	82.844	58.706
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	82.844	58.706
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,66255	0,46885

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	82.844	58.706
4.03	Resultado Abrangente do Período	82.844	58.706

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-10.812	30.152
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	38.698	48.643
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	84.501	60.163
6.01.01.02	Depreciação e amortização	6.604	4.041
6.01.01.03	Provisão para contingências	-155	0
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	-62.610	-26.380
6.01.01.05	Constituição de provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	1.829	2.596
6.01.01.06	Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	8.529	8.223
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-39.324	-10.330
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-44.351	-13.571
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-683	400
6.01.02.03	Adiantamentos a fornecedores	-53	-1.640
6.01.02.04	Outros ativos	46	-459
6.01.02.05	Fornecedores	266	423
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	3.349	2.110
6.01.02.07	Tributos a recolher	1.498	1.843
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social a recolher	-194	0
6.01.02.09	Outros passivos	798	564
6.01.03	Outros	-10.186	-8.161
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pago	-1.657	-1.457
6.01.03.02	Juros pagos de empréstimos e arrendamentos	-8.529	-6.704
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	45.634	-32.143
6.02.01	Adições ao investimento	475	-7.029
6.02.02	Adições ao imobilizado	-16.468	-21.019
6.02.03	Adições ao intangível	-1.791	-2.029
6.02.04	Títulos e valores mobiliários	63.418	-2.066
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-45.073	5.660
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	18.548	0
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos	-1.020	-2.188
6.03.03	Amortização de arrendamentos mercantis	-1.840	-415
6.03.04	Partes relacionadas	-47.125	8.263
6.03.05	Dividendos e JCP pagos aos acionistas da companhia	-7.419	0
6.03.06	Ações em tesouraria	-6.217	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10.251	3.669
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	39.021	215.131
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	28.770	218.800

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	377.048	0	250.190	0	-586	626.652
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	377.048	0	250.190	0	-586	626.652
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-6.217	0	0	0	-6.217
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.217	0	0	0	-6.217
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	82.844	0	82.844
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	82.844	0	82.844
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.475	-11.061	586	0
5.06.04	Realização do ajuste do custo atribuido ("deemed cost")	0	0	0	-586	586	0
5.06.05	Constituição da reserva de incentivo fiscal	0	0	6.333	-6.333	0	0
5.06.06	Constituição da reserva legal	0	0	4.142	-4.142	0	0
5.07	Saldos Finais	377.048	-6.217	260.665	71.783	0	703.279

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	100.751	276.297	77.059	0	-2.741	451.366
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.751	276.297	77.059	0	-2.741	451.366
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	58.706	0	58.706
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	58.706	0	58.706
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	15.614	-16.162	548	0
5.06.04	Realização do ajuste do custo atribuido ("deemed cost")	0	0	0	-548	548	0
5.06.05	Constituição da reserva de incentivo fiscal	0	0	12.679	-12.679	0	0
5.06.06	Constituição da reserva legal	0	0	2.935	-2.935	0	0
5.07	Saldos Finais	100.751	276.297	92.673	42.544	-2.193	510.072

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	105.036	91.607
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	119.195	103.821
7.01.02	Outras Receitas	-12.330	-9.618
7.01.02.01	Deduções da Receita	-12.330	-9.618
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.829	-2.596
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-17.122	-12.675
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.903	-4.271
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.435	-2.137
7.02.04	Outros	-8.784	-6.267
7.02.04.01	Publicidade e Propaganda	-5.584	-3.261
7.02.04.02	Outros	-3.200	-3.006
7.03	Valor Adicionado Bruto	87.914	78.932
7.04	Retenções	-6.604	-4.041
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.604	-4.041
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	81.310	74.891
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	66.150	36.692
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	62.610	26.380
7.06.02	Receitas Financeiras	3.540	10.312
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	147.460	111.583
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	147.460	111.583
7.08.01	Pessoal	38.673	29.977
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.621	6.681
7.08.02.01	Federais	2.314	2.083
7.08.02.03	Municipais	5.307	4.598
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.322	16.219
7.08.03.01	Juros	8.889	8.274
7.08.03.02	Aluguéis	9.433	7.945
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	82.844	58.706
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	82.844	58.706

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.501.718	1.249.163
1.01	Ativo Circulante	369.882	359.356
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	45.711	73.248
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	63.418
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	63.418
1.01.02.01.03	Titulos e Valores Mobiliários	0	63.418
1.01.03	Contas a Receber	304.528	201.321
1.01.03.01	Clientes	304.528	201.321
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.432	3.289
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.432	3.289
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.211	18.080
1.01.08.03	Outros	14.211	18.080
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Fornecedores	4.535	9.066
1.01.08.03.03	Outros Ativos	9.676	9.014
1.02	Ativo Não Circulante	1.131.836	889.807
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	120.020	122.205
1.02.01.03	Contas a Receber	3.777	4.173
1.02.01.03.01	Clientes	3.777	4.173
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	116.243	118.032
1.02.01.09.03	Outros Ativos	4.228	6.017
1.02.01.09.05	Ativos Indenizatórios	112.015	112.015
1.02.03	Imobilizado	596.479	525.787
1.02.04	Intangível	415.337	241.815

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.501.718	1.249.163
2.01	Passivo Circulante	237.339	196.679
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	76.673	55.270
2.01.02	Fornecedores	18.931	17.314
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.931	17.314
2.01.03	Obrigações Fiscais	19.917	15.780
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.569	3.789
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.569	3.789
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	16.348	11.991
2.01.03.02.01	Tributos a Recolher	16.348	11.991
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	35.066	33.264
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	35.066	33.264
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	35.066	33.264
2.01.05	Outras Obrigações	86.752	75.051
2.01.05.02	Outros	86.752	75.051
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.925	8.232
2.01.05.02.04	Obrigações de Arrendamento Mercantil	4.285	3.816
2.01.05.02.05	Outros Passivos	10.504	10.183
2.01.05.02.06	Compromissos a Pagar	70.038	52.820
2.02	Passivo Não Circulante	561.100	425.832
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	87.422	74.673
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	87.422	74.673
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	87.422	74.673
2.02.02	Outras Obrigações	352.991	230.892
2.02.02.02	Outros	352.991	230.892
2.02.02.02.03	Obrigações de Arrendamento Mercantil	253.103	217.531
2.02.02.02.04	Compromissos a Pagar	99.479	12.952
2.02.02.02.06	Parcelamento de Tributos	409	409
2.02.04	Provisões	120.687	120.267
2.02.04.02	Outras Provisões	120.687	120.267
2.02.04.02.04	Provisão para Contingências	120.687	120.267
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	703.279	626.652
2.03.01	Capital Social Realizado	377.048	377.048
2.03.04	Reservas de Lucros	254.448	250.190
2.03.04.01	Reserva Legal	20.152	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	199.856	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	40.657	0
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-6.217	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	71.783	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	0	-586
2.03.08.01	Ajustes de Avaliação Patriminial	0	-586

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	269.498	154.530
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-103.011	-53.128
3.03	Resultado Bruto	166.487	101.402
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-72.214	-42.966
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-70.168	-41.423
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.046	-1.543
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	94.273	58.436
3.06	Resultado Financeiro	-8.325	3.613
3.06.01	Receitas Financeiras	8.474	12.626
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.799	-9.013
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	85.948	62.049
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.104	-3.343
3.08.01	Corrente	-3.104	-3.343
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	82.844	58.706
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	82.844	58.706
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	82.844	58.706
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,66255	0,46885

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	82.844	58.706
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	82.844	58.706
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	82.844	58.706

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	9.554	48.760
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	115.460	80.205
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	85.948	62.049
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	12.326	4.641
6.01.01.03	Provisão para Contigências	421	0
6.01.01.05	Constituição de provisão p/credito de liquidação duvidosa	4.595	4.843
6.01.01.06	Juros, variações monetárias e cambiais liquidas	12.170	8.672
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-90.632	-21.073
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-105.546	-30.864
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-2.139	359
6.01.02.03	Adiantamento a fornecedores	5.384	-2.904
6.01.02.04	Outros ativos	-612	-416
6.01.02.05	Fornecedores	1.231	1.545
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	11.815	4.211
6.01.02.07	Tributos a recolher	4.637	4.558
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social a recolher	-357	0
6.01.02.09	Outros passivos	-5.045	2.438
6.01.03	Outros	-15.274	-10.372
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pago	-3.104	-3.376
6.01.03.02	Juros pagos de emprestimos	-12.170	-6.996
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-37.056	-44.039
6.02.02	Adições ao Imobilizado	-35.584	-31.969
6.02.03	Adições ao Intangivel	-2.519	-2.975
6.02.04	Aquisição de controladas, liquido do caixa obtido na aquisição	-62.371	-7.029
6.02.05	Títulos e valores mobiliários	63.418	-2.066
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-35	-377
6.03.01	Captação de emprestimos e financiamentos	18.674	0
6.03.02	Amortização de emprestimos e financiamentos	-1.779	-2.188
6.03.03	Amortização de arrendamentos mercantis	-3.199	-459
6.03.04	Partes relacionadas	-95	2.270
6.03.05	Dividendos e JCP pagos aos acionistas da companhia	-7.419	0
6.03.06	Ações em tesouraria	-6.217	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-27.537	4.344
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	73.248	217.260
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	45.711	221.604

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	377.048	0	250.190	0	-586	626.652	0	626.652
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	377.048	0	250.190	0	-586	626.652	0	626.652
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-6.217	0	0	0	-6.217	0	-6.217
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.217	0	0	0	-6.217	0	-6.217
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	82.844	0	82.844	0	82.844
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	82.844	0	82.844	0	82.844
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.475	-11.061	586	0	0	0
5.06.04	Realização do ajuste do custo atribuido ("deemed cost")	0	0	0	-586	586	0	0	0
5.06.05	Constituição da reserva de incentivo fiscal	0	0	6.333	-6.333	0	0	0	0
5.06.06	Constituição da reserva legal	0	0	4.142	-4.142	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	377.048	-6.217	260.665	71.783	0	703.279	0	703.279

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	100.751	276.297	77.059	0	-2.741	451.366	0	451.366
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.751	276.297	77.059	0	-2.741	451.366	0	451.366
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	58.706	0	58.706	0	58.706
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	58.706	0	58.706	0	58.706
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	15.614	-16.162	548	0	0	0
5.06.04	Realização do ajuste do custo atribuido ("deemed cost")	0	0	0	-548	548	0	0	0
5.06.05	Constituição da reserva de incentivo fiscal	0	0	12.679	-12.679	0	0	0	0
5.06.06	Constituição da reserva legal	0	0	2.935	-2.935	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	100.751	276.297	92.673	42.544	-2.193	510.072	0	510.072

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	276.405	157.423
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	323.306	181.461
7.01.02	Outras Receitas	-42.306	-19.195
7.01.02.01	Deduções da Receita	-42.306	-19.195
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4.595	-4.843
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-35.057	-22.237
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.900	-6.085
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.920	-4.149
7.02.04	Outros	-19.237	-12.003
7.02.04.01	Publicidade e Propaganda	-12.197	-7.757
7.02.04.02	Outros	-7.040	-4.246
7.03	Valor Adicionado Bruto	241.348	135.186
7.04	Retenções	-12.326	-4.641
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.326	-4.641
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	229.022	130.545
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.474	12.626
7.06.02	Receitas Financeiras	8.474	12.626
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	237.496	143.171
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	237.496	143.171
7.08.01	Pessoal	108.265	52.691
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15.349	11.653
7.08.02.01	Federais	4.055	4.501
7.08.02.03	Municipais	11.294	7.152
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	31.038	20.121
7.08.03.01	Juros	16.799	9.013
7.08.03.02	Aluguéis	14.239	11.108
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	82.844	58.706
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	82.844	58.706

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2015 será um ano marcado por desafios e oportunidades para o Grupo Ser Educacional. Se por um lado o ano iniciou com incertezas acerca do futuro do FIES e da efetiva participação do Governo Federal nos planos de crescimento das empresas educacionais do Brasil, por outro lado, a Companhia apresentou mais um trimestre de resultados consistentes, impulsionado por uma robusta captação de alunos e marcado pelo início da captura de sinergias em suas aquisições mais recentes, com destaque para a UNAMA, que apresentou um aumento em sua captação de alunos de graduação de mais de 200% no 1T15 em relação ao 1T14 e para o crescimento do EBITDA Ajustado consolidado de 66,6% na comparação entre os mesmos períodos, que atingiu R$104,6 milhões no trimestre.

Esses resultados também devem ser observados sob ponto vista do posicionamento estratégico da Companhia que visa principalmente a geração de valor aos acionistas a longo prazo, baseada na combinação de iniciativas que combinam crescimento da base de alunos de forma orgânica e por aquisições, aliado ao foco na criação de uma proposta de valor única ao aluno (marcas fortes e reconhecidas pelo mercado de trabalho, elevados índices de qualidade de ensino, unidades equipadas e bem localizadas e oferta de cursos a preços competitivos) e otimização de custos determinados pela alta padronização, escalabilidade e replicabilidade das operações. Os efeitos combinados dessas iniciativas geram um ciclo virtuoso de crescimento e resiliência a momentos mais turbulentos de mercado. Dessa forma a Companhia continuou a crescer sua base de alunos, mesmo com o recente aumento das taxas de evasão apresentadas nesse trimestre, um dos principais efeitos adversos relacionados as recentes mudanças no FIES.

Contudo, as perspectivas para 2015 oferecem ainda mais subsídios importantes para a continuidade dos planos de expansão:

- Sob a ótica do **crescimento orgânico de sua base de alunos, a Companhia,** nesse primeiro trimestre, obteve a autorização de 20 novos cursos de graduação nas unidades existentes, totalizando 682 cursos no portfólio e atualmente a Companhia possui 25 novas unidades em processo de autorização junto ao Ministério da Educação (MEC). As novas unidades fazem parte processo de consolidação das atividades da Companhia nas regiões Nordeste e Norte para os próximos anos.

- O **ensino a distância (EAD)**, que obteve captação de 1,6 mil alunos e atualmente conta com mais de 2,5 mil alunos em pouco mais de 1 ano de operações em seus 9 Pólos de Apoio Presencial, índice que representa um dos melhores indicadores de alunos por Polo Presencial do mercado brasileiro. O EAD, que será uma importante alavanca de valor para os próximos anos, conta com duas importantes novidades para 2015:

» Oferta de cursos de pós graduação em EAD a partir de março de 2015: São mais de 15 cursos oferecidos em 25 Pólos de Apoio Presencial sob a marca UNINASSAU oferecidos nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste por meio da UnG que já inicia seus primeiros passos em geração de sinergias operacionais.

» Expansão da capacidade de oferta de EAD para alunos de graduação presencial: a partir de 2015 a Companhia expandiu sua capacidade de oferecer até 20% da carga horária dos cursos presenciais e aumento de 2 disciplinas atingindo cerca de 6 mil alunos para 13 disciplinas e capacidade para atingir até 18 mil alunos. Essa iniciativa é positiva por dois fatores fundamentais: aumento da percepção das nossas marcas no segmento de EAD em nossa base de alunos e sinergias em custos entre as duas modalidades.

- A Companhia continua a trabalhar suas iniciativas em aquisições, em março de 2015, a Companhia deu mais um importante passo na região sudeste ao anunciar a assinatura de um contrato de cessão de mantença do Centro Universitário Bennett, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Quando as condições precedentes forem concluídas, o Grupo poderá iniciar operações nessa importante cidade do Brasil e dará continuidade a sua estratégia de expansão no sudeste, que lhe permitirá consolidar sua política de expansão de longo prazo.

- No campo da qualidade, a Companhia também registrou importantes avanços com a realização da auditoria de certificação com parecer positivo para certificação ISO9001 em 4 novas unidades: Maceió, João pessoa, Campina Grande e Fortaleza. Agora além de ser a única empresa de capital aberto brasileira com processos certificados pela ISO, agora a Companhia conseguiu expandir seus padrões de qualidade para mais unidades, além das já existentes no Recife (incluindo o CSC e o CRA), Salvador e Natal, sendo que mesmo sem certificação as demais unidades da Companhia adotam os mesmos procedimentos e padrões de ensino. Essa conquista é importante pois a certificação **atesta que a proposta de valor oferecida ao aluno idealizada pela Administração da Companhia é integralmente executada na linha de frente** e compreende processos acadêmicos e operacionais desde o cumprimento do conteúdo programático, até os processos administrativos o que é fundamental para a manutenção do pilar estratégico baseado na alta escalabilidade, replicabilidade e padronização das operações.

- Visando a evolução continua das práticas de governança corporativa e transparência, a partir do exercício fiscal de 2015, a **Companhia passará a contar com um Conselho Fiscal formado por membros**

cuja competência e credibilidade são amplamente reconhecidas pelo mercado de capitais. Trata-se de uma evolução importante para que as atividades da Companhia tenham ainda mais respaldo e tragam cada vez mais confiança aos nossos acionistas e para a sociedade em geral. Além disso, a contratação do Sr. Antonio Carbonari Netto como Vice Presidente de Desenvolvimento e Expansão é um importante reforço ao time de executivos tanto sob os pontos de vista operacionais e estratégicos, além das boas relações institucionais em todas as camadas do segmento de ensino superior brasileiro.

Portanto, apesar dos movimentos recentes no segmento de financiamento público estudantil, a Companhia acredita ter uma série de iniciativas relevantes em curso para gerar crescimento de suas operações nos próximos anos. Além disso, o principal vetor de crescimento do setor educacional brasileiro é e continuará sendo ainda a baixa penetração do ensino superior no mercado e portanto a Companhia acredita que as empresas como o Grupo Ser Educacional que conseguirem manter o foco estratégico, baseado em oferecer uma proposta de valor única ao aluno que considera marcas fortes, qualidade de ensino focada na empregabilidade, preços competitivos em unidades bem localizadas e equipadas sairão desse atual período muito mais sólidas do que entraram.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Captação 2015.1

Status da Captação dos Alunos de Graduação			
Em Milhares	**1T15**	**1T14***	**% Δ**
Captação de Graduação	**45,6**	**37,5**	**21,8%**
Crescimento Orgânico	28,2	28,0	0,7%
Graduação Presencial	26,6	27,3	-2,5%
EAD	1,6	0,7	119,2%
Unama / FIT	10,9	3,5 *	208,9%
UnG	6,5	5,9 *	10,4%
*Proforma			

Ao final do 1T15 Companhia já havia captado 45,6 mil alunos (considerando UNAMA/FIT e UnG)**, o que representa um aumento de 21,8%** quando comparada com a captação proforma realizada pela Companhia no 1T14. Vale destacar a captação da UNAMA/FIT que totalizou 10,9 mil alunos nesse período, um crescimento de 208,9% em relação ao mesmo período. Se considerarmos a captação **por crescimento orgânico** (excluindo UnG e UNAMA/FIT e considerando EAD), atingiu **28,2 mil alunos**, 0,7% acima do total de captação de graduação apresentado no 1T14 que atingiu 28,0 mil alunos.

Do total de captação, cerca de 12,8 mil alunos ou 29,1% da captação total assinaram termo aditivo de contrato, informando que pretendiam ser alunos matriculados pelo FIES e aguardam a finalização de seus processos de

financiamento. Desse montante aproximadamente 5,5 mil alunos conseguiram entrar no Funil de Contratos do FIES ou conseguiram alguma outra forma de financiamento.

O total de captação de novos alunos do FIES atingiu 9,7 mil contratos e 0,6 mil contratos estão atualmente no Funil do FIES em status de finalização.

Com relação aos aditamentos de contratos existentes no segundo semestre de 2014, a Companhia já conseguiu incluir mais de 90% da base de alunos (incluindo UnG e UNAMA/FIT) no funil de contratos do FIES.

Evolução da Base de Alunos

Número de Alunos	Graduação	EAD	Pós-graduação	Cursos Técnicos	Total
1T15	Total	Total	Total	Total	Total
Base dez14	101.195	2.048	8.294	16.921	128.458
Captação*	39.796	1.589	1.066	-	42.451
Aquisição UnG	18.028	-	527	290	18.845
aquisição UnG	-	-	527	-	527
rematricula UnG	13.774	-	-	-	13.774
captação UnG antes de 2/2/15*	4.254	-	-	290	4.544
Egressos	(3.693)	-	(1.122)	-	(4.815)
Evasão	(19.704)	(1.074)	(18)	(1.179)	(21.975)
Base mar15	135.622	2.563	8.747	16.032 **	162.964
% Base mar15 / Base dez14	*34,0%*	*25,1%*	*5,5%*	*-5,3%*	*26,9%*
% Base mar15 / Base mar14	*59,8%*	*259,5%*	*6,5%*	*-18,6%*	*43,6%*

** A linha "captação" refere-se ao total captado pela Ser Educacional, inclindo o total de alunos de captação da UNAMA e UnG a partir de 2 de fevereiro de 2014, enquanto a "captação UnG pré Aquisição" refere-se aos alunos captados antes 2 de fevereiro*

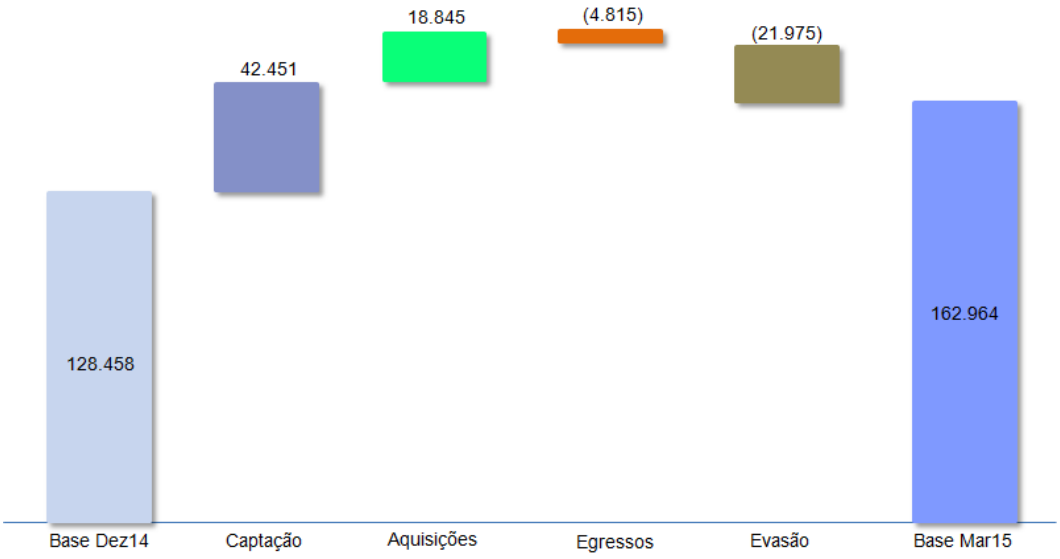
***Alunos frequentando as aulas, conforme controles internos.*

Número de Alunos	Graduação	EAD	Pós-graduação	Cursos Técnicos	Total
2014.2	Total	Total	Total	Total	Total
Base jun14	86.503	998	7.834	20.552	115.887
Captação	15.470	1.810	2.278	6.207	25.765
Aquisições	12.967	-	1.480	-	14.447
FASE	1.550	-	-	-	1.550
Unama / FIT	11.417	-	1.480	-	12.897
Egressos	(2.422)	-	(3.215)	(2.579)	(8.216)
Evasão	(11.323)	(760)	(83)	(7.259)	(19.425)
Base dez14	101.195	2.048	8.294	16.921 *	128.458
% Base dez14 / Base jun14	*17,0%*	*105,2%*	*5,9%*	*-17,7%*	*10,8%*
% Base dez14 / Base dez13	*44,0%*	*N.M.*	*8,0%*	*-19,0%*	*30,0%*

**Alunos frequentando as aulas, conforme controles internos.*

Número de Alunos	Graduação	EAD	Pós-graduação	Cursos Técnicos	Total
1T14	Total	Total	Total	Total	Total
Base dez13	70.255	-	7.678	20.880	98.813
Captação	27.334	725	1.991	20	30.070
Aquisições	350	-	-	-	350
Egressos	(2.733)	-	(1.439)	(126)	(4.298)
Evasão	(10.311)	(12)	(17)	(1.072)	(11.412)
Base mar14	84.895	713	8.213	19.702	113.523
% Base mar14 / Base dez13	20,8%	0,0%	7,0%	-5,6%	14,9%

A **base de alunos no 1T15**, considerando as modalidades presenciais da graduação, pós-graduação, ensino técnico e EAD, apresentou crescimento de 43,6% em relação à base de alunos do 1T14. Este resultado é derivado do crescimento de 59,8% no número de alunos de graduação e do EAD, segmento no qual a Companhia iniciou as operações em 2014 e em março contava com uma base de 2,6 mil alunos. A Companhia tem hoje 66% de seus alunos de graduação presencial, nos primeiros e segundo anos dos cursos, o que demonstra um alto potencial de crescimento orgânico.



Taxa de evasão

A taxa de evasão no segmento de graduação presencial, no primeiro trimestre 2015, foi de 12,1%, comparada a 10,8% no mesmo período do ano anterior. Esse aumento ocorreu principalmente por conta da UNAMA que apresentou um elevado volume de captação, bastante acima de sua média histórica e por consequência também apresentou maiores taxas de evasão e FIES.

Ticket Médio Líquido

Ticket Médio - Graduação	1T15	1T14	Var(%)
Ticket Médio - Graduação	625,75	562,80	11,2%

O ticket médio no 1T15 foi de R$625,75, um acréscimo de 11,2% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, em virtude principalmente

da mudança do mix de cursos e da consolidação da UNAMA, que tem ticket médio maior, além do repasse da inflação que foi em média de 7%.

FIES Graduação

FIES ('000)	Dez/12	Dez/13	Dez/14	1T14	2T14	1T15
Alunos	48.670	70.255	101.195	84.895	86.503	135.622
Alunos FIES	15.916	31.432	48.048	37.329	44.992	47.758
% de Alunos FIES	**32,7%**	**44,7%**	**47,5%**	**44,0%**	**52,0%**	**35,2%**

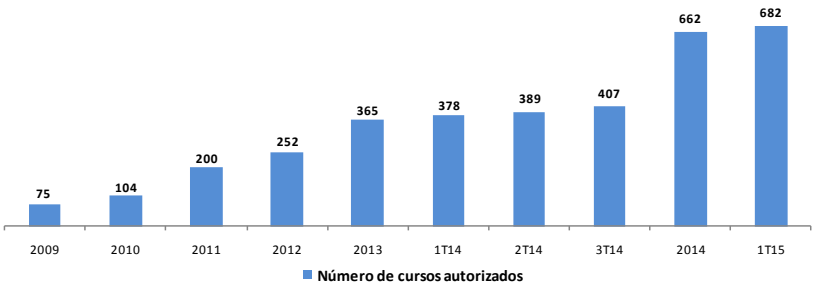
O Programa de Financiamento Estudantil, ou FIES é um programa do MEC para financiar alunos que não podem arcar com o custo total de sua educação. Para receber os benefícios do FIES, os alunos devem estar regularmente matriculados em uma instituição de ensino superior privada registrada no FIES que tenha avaliação positiva do MEC.

Em função do aumento da penetração do FIES como opção de financiamento de nossos alunos, nossa exposição ao repasse das mensalidades do FIES por parte do Governo Federal tem aumentado.

Os alunos que possuem o crédito educativo do FIES representam 35,2% da base de alunos de graduação no período ante 47,5% no 4T14, devido principalmente a consolidação da UnG e do atraso do cadastramento de alunos, por conta das inconsistências e atrasos no sistema do FIES que abriu suas operações apenas em fevereiro e atrasou o cadastramento de alunos. A base de estudantes de FIES, sem Unama, que já utilizava o instrumento do FGEduc correspondia a 89,5% do total.

Crescimento Orgânico

A Companhia possui 195 mil vagas anuais, considerando vagas e cursos da UNAMA/FIT sendo, deste total, 35,1 mil vagas referentes a EAD. No 1T15 foram autorizados 20 novos cursos, que totalizaram 682 cursos ofertados. A Companhia segue desenvolvendo a sua estratégia de crescimento orgânico, baseada no credenciamento de novas unidades e autorizações de novos cursos.



DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita Bruta

Receita Bruta (Valores em R$ ('000))	1T15	1T14	Var. (%) 1T15 x 1T14	4T14	Var. (%) 1T15 x 4T14
Receita Operacional Bruta	**323.306**	**181.461**	**78,2%**	**239.946**	**34,7%**
Mensalidades de Graduação	292.663	157.307	86,0%	202.429	44,6%
Mensalidades de Pós Graduação	5.315	3.509	51,5%	4.268	24,5%
Mensalidades de Ensino Técnico	19.117	17.178	11,3%	26.376	-27,5%
Mensalidade de EAD	2.221	-	0,0%	2.089	6,3%
Outras	3.990	3.467	15,1%	4.784	-16,6%
Deduções da Receita Bruta	**(53.808)**	**(26.931)**	**99,8%**	**(36.085)**	**49,1%**
Descontos e Bolsas	(42.306)	(19.195)	120,4%	(25.522)	65,8%
Impostos	(11.502)	(7.736)	48,7%	(10.563)	8,9%
% Descontos e Bolsas/ Receita Operacional Bruta	*13,1%*	10,6%	*2,5 p.p.*	*10,6%*	*2,4 p.p.*
Receita Operacional Líquida	**269.498**	**154.530**	**74,4%**	**203.861**	**32,2%**

No 1T15, a receita bruta foi de R$ 323,3 milhões, apresentando um avanço de 78,2% em relação ao 1T14 em virtude principalmente da combinação do aumento da base de alunos em 43,6% e do aumento do ticket médio em 11,2%. As receitas de três meses da UNAMA e dois meses de receitas da UnG totalizaram R$97,2 milhões.

Também em virtude do aumento da base de alunos, ticket médio e consolidação da UNAMA e UnG, a receita bruta do segmento de graduação atingiu R$ 292,7 milhões no 1T15 e representou 90,5% do total, um crescimento de 86,0% em relação ao mesmo período de 2014.

A receita referente ao Ensino Técnico/Pronatec somou R$ 19,1 milhões no 1T15, representando 5,9% do total e um aumento de 11,3% em comparação ao mesmo período em 2014 devido principalmente do aumento do ticket médio em função do repasse de preços a cada novo ciclo de matriculas.

O segmento de pós-graduação correspondeu a 1,6% da receita total do 1T15, com R$ 5,3 milhões, um acréscimo de 51,5% em relação ao 1T14, impactado pela consolidação da UnG e UNAMA/FIT, e se considerado a análise *same stores*, a receita manteve-se em linha com o 1T14.

Outras receitas representam 1,2% da receita total, com R$ 4,0 milhões, um crescimento de 15,1% em comparação ao 1T14 em virtude principalmente do aumento da base total de alunos.

No primeiro trimestre de 2015, a receita líquida aumentou 74,4%, passando de R$154,5 milhões no 1T14, para R$269,5 milhões. Neste mesmo período, excluídas as receitas da aquisição da UNAMA/FIT e dos dois meses de UnG a receita líquida Ser Educacional *"same stores"* foi de R$191,7 milhões, um aumento de 24,1%. O aumento da receita líquida em ritmo menos acelerado do que o crescimento da receita bruta se deve por conta do acréscimo do percentual de descontos e bolsas que foi de 13,1% da receita no 1T15, impactado pela consolidação da UnG e UNAMA/FIT, um acréscimo de 2,5 p.p. em relação ao 1T14, em função da política de descontos nas mensalidades.

Custo dos Serviços Prestados

Composição dos Custos dos Serviços Prestados[1] (Valores em R$ ('000))	1T15	1T14	Var. (%) 1T15 x 1T14	4T14	Var. (%) 1T15 x 4T14
Custos Caixa dos Serviços Prestados	**(95.741)**	**(51.927)**	**84,4%**	**(84.141)**	**13,8%**
Pessoal e encargos	(74.973)	(36.311)	106,5%	(60.876)	23,2%
Aluguéis	(14.239)	(11.108)	28,2%	(13.899)	2,4%
Concessionárias	(4.417)	(2.826)	56,3%	(5.847)	-24,5%
Serviço de terceiros e outros	(2.112)	(1.682)	25,6%	(3.519)	-40,0%

Os custos caixa (excluindo depreciação e amortização) dos serviços totalizaram R$95,7 milhões no 1T15, representando uma variação de 84,4% em relação ao 1T14. Excluindo a UNAMA e UnG, esses custos totalizaram R$65,3 milhões. Os principais componentes dos custos dos serviços aumentaram no trimestre pelos seguintes motivos principais:

Os custos de pessoal cresceram em função do aumento do corpo docente, além do efeito do dissídio. O incremento do corpo docente no 1T15 comparado com o 1T14 foi de 2.122 professores, representando uma variação de 61,9%, impactados pela inclusão do corpo docente de UNAMA/FIT e UnG de 1.394 professores, representando aproximadamente 66% da variação.

O aumento em aluguéis ocorreu em virtude do aumento da base de imóveis visando sustentar o crescimento da Companhia, incluindo instalações que ainda não se encontram operantes e reajuste dos contratos de aluguéis existentes. Existem 14 unidades pré-operacionais que já estão pagando aluguel, mas que atualmente não geram receita.

A variação apresentada na linha de concessionárias foi decorrente do aumento do número de unidades operacionais (São Luis e Manaus), consolidação de unidades adquiridas (Unama/FIT, UnG, FAL e FASE) e aumento de tarifa de energia elétrica.

Como percentual da receita líquida, os custos caixa dos serviços prestados passaram para 35,5%, um aumento de 1,9 p.p. em relação mesmo período do ano anterior. Esse aumento ocorreu principalmente por conta da consolidação das operações da UnG e UNAMA que por serem unidades recentemente adquiridas e por serem universidades possuem custos operacionais maiores que a do grupo. O Custo dos Serviços Prestados excluindo aquisições seria de 34,1%, ou 0,5 ponto percentual a mais que no 1T14.

% em relação à receita operacional líquida	1T15	1T14	Var. (%) 1T15 x 1T14	4T14	Var. (%) 1T15 x 4T14
Custos Caixa dos Serviços Prestados	**-35,5%**	**-33,6%**	**-1,9 p.p.**	**-41,3%**	**5,7 p.p.**
Pessoal e encargos	-27,8%	-23,5%	-4,3 p.p.	-29,9%	2,0 p.p.
Aluguéis	-5,3%	-7,2%	1,9 p.p.	-6,8%	1,5 p.p.
Concessionárias	-1,6%	-1,8%	0,2 p.p.	-2,9%	1,2 p.p.
Serviço de terceiros e outros	-0,8%	-1,1%	0,3 p.p.	-1,7%	0,9 p.p.

Lucro Bruto

Lucro Bruto (Valores em R$ ('000))	1T15	1T14	Var. (%) 1T15 x 1T14	4T14	Var. (%) 1T15 x 4T14
Receita Operacional Líquida	**269.498**	**154.530**	**74,4%**	**203.861**	**32,2%**
Custos dos serviços prestados	(103.011)	(53.128)	93,9%	(87.857)	17,2%
Lucro Bruto	**166.487**	**101.402**	**64,2%**	**116.004**	**43,5%**
Margem Bruta	*61,8%*	*65,6%*	*-3,8 p.p.*	*56,9%*	*4,9 p.p.*
(-) Depreciação	7.270	1.201	505,3%	3.716	95,6%
Lucro Bruto Caixa	**173.757**	**102.603**	**69,3%**	**119.720**	**45,1%**
Margem Bruta Caixa	*64,5%*	*66,4%*	*-1,9 p.p.*	*58,7%*	*5,7 p.p.*

O lucro bruto caixa aumentou 69,3%, passando de R$ 102,6 milhões no 1T14 para R$ 173,8 milhões no 1T15. A margem bruta caixa alcançou 64,5% no 1T15 ante 66,4% no mesmo período de 2014. O lucro bruto caixa excluindo a UNAMA e UnG atingiu R$120,2 milhões no trimestre. A redução da margem bruta se deve principalmente a consolidação da UnG e da UNAMA uma vez que excluindo essas empresas a margem bruta teria sido

de 62,7%, ao excluirmos os resultados dessas duas aquisições, uma melhoria de 0,9 ponto percentual comparado aos 64,5% registrados no resultado consolidado.

Despesas Operacionais (Comerciais, Gerais e Administrativas)

Despesas Operacionais (Valores em R$ ('000))	1T15	1T14	Var. (%) 1T15 x 1T14	4T14	Var. (%) 1T15 x 4T14
Despesas Gerais e Administrativas	**(70.168)**	**(41.423)**	**69,4%**	**(61.829)**	**13,5%**
Pessoal e encargos	(33.292)	(16.380)	103,2%	(24.665)	35,0%
Serviços Prestados por Pessoa Física e Jurídica	(6.238)	(5.049)	23,5%	(6.287)	-0,8%
Publicidade	(12.197)	(7.757)	57,2%	(10.868)	12,2%
PDD	(4.595)	(4.843)	-5,1%	(8.080)	-43,1%
Depreciação e Amortização	(5.056)	(3.440)	47,0%	(3.952)	27,9%
Materiais de Expediente	(3.503)	(1.323)	164,8%	(3.135)	11,7%
Outros	(5.287)	(2.631)	101,0%	(4.842)	9,2%
Resultado Operacional	**94.273**	**58.436**	**61,3%**	**51.123**	**84,4%**
Despesas Gerais e Administrativas (Ex-Depreciação e Amortização)	**(65.112)**	**(37.983)**	**71,4%**	**(57.877)**	**12,5%**

As despesas gerais e administrativas aumentaram em 69,4%, passando de R$ 41,4 milhões no 1T14, para R$ 70,2 milhões no mesmo período de 2015. No 1T15, essa linha de despesas excluindo a UNAMA/FIT e UnG totalizou R$55,5 milhões. Esse aumento ocorreu devido, principalmente:

a) Ao aumento de despesas com pessoal e encargos sociais em virtude do aumento de *headcount* relacionado à expansão e adequação das áreas administrativas para fazer frente ao crescimento da Companhia especialmente por conta da consolidação da UNAMA e UnG.

b) Aumento das despesas com publicidade devido ao do processo de captação 2015 que envolveu um número maior de unidades comparado ao ano passado, incluindo as recém adquiridas UNAMA/FIT e UnG.

c) A PDD apresentou melhora em 5,1% em função principalmente da renegociação com alunos inadimplentes no período. Em comparação com o 4T14 houve uma queda de 43,1% por conta da sazonalidade dessas renegociações que geralmente ocorrem entre o final e o início de cada ano.

De acordo com a portaria normativa nº 3, de 03/01/14, foi definido que os novos alunos que contrataram o FIES a partir de fevereiro de 2014, têm o risco coberto pelo FGEduc, inclusive para contratos com fiador, o que gerou incremento na utilização do FGEduc, impactando o nível de dedução na receita bruta.

Ao final do 1T15, a distribuição de alunos do FIES, era de 89,5% com FGEduc e 10,5% com fiador, *same shops*, ou seja, sem Unama e FIT.

% em relação à receita operacional líquida	1T15	1T14	Var. (%) 1T15 x 1T14	4T14	Var. (%) 1T15 x 4T14
Despesas Gerais e Administrativas	**-26,0%**	**-26,8%**	**0,8 p.p.**	**-30,3%**	**4,3 p.p.**
Pessoal e encargos	-12,4%	-10,6%	-1,8 p.p.	-12,1%	-0,3 p.p.
Serviços Prestados por Pessoa Física e Jurídica	-2,3%	-3,3%	1,0 p.p.	-3,1%	0,8 p.p.
Publicidade	-4,5%	-5,0%	0,5 p.p.	-5,3%	0,8 p.p.
PDD	-1,7%	-3,1%	1,4 p.p.	-4,0%	2,3 p.p.
Depreciação e Amortização	-1,9%	-2,2%	0,4 p.p.	-1,9%	0,1 p.p.
Materiais de Expediente	-1,3%	-0,9%	-0,4 p.p.	-1,5%	0,2 p.p.
Outros	-2,0%	-1,7%	-0,3 p.p.	-2,4%	0,4 p.p.
Resultado Operacional	**35,0%**	**37,8%**	**-2,8 p.p.**	**25,1%**	**9,9 p.p.**
Despesas Gerais e Administrativas (Ex-Depreciação e Amortização)	**-24,2%**	**-24,6%**	**0,4 p.p.**	**-28,4%**	**4,2 p.p.**

EBITDA e EBITDA Ajustado

EBITDA (Valores em R$ ('000))	1T15	1T14	Var. (%) 1T15 x 1T14	4T14	Var. (%) 1T15 x 4T14
Lucro (Prejuízo) Líquido[1]	**82.844**	**58.706**	**41,1%**	**43.774**	**89,3%**
(+) Resultado financeiro líquido[2]	8.325	(3.613)	-330,4%	3.972	109,6%
(+) Imposto de renda e contribuição social	3.104	3.343	-7,1%	3.377	-8,1%
(+) Depreciação e Amortização	12.326	4.641	165,6%	7.668	60,7%
EBITDA[3]	**106.599**	**63.077**	**69,0%**	**58.791**	**81,3%**
Margem EBITDA	*39,6%*	*40,8%*	*-1,3 p.p.*	*28,8%*	*10,7 p.p.*
(+) Receita de juros e multa sobre mensalidades[5]	5.912	4.691	26,0%	2.605	126,9%
(+) Custos e Despesas Não Recorrentes[6]	1.334	918	45,3%	892	49,6%
(-) Aluguéis mínimos pagos[7]	(9.279)	(5.937)	56,3%	(7.536)	23,1%
EBITDA Ajustado[4]	**104.566**	**62.749**	**66,6%**	**54.752**	**91,0%**
Margem EBITDA Ajustada	*38,8%*	*40,6%*	*-1,8 p.p.*	*26,9%*	*11,9 p.p.*

1 Em função da nossa adesão ao PROUNI, temos benefícios fiscais que afetam nosso lucro líquido
2 Corresponde à diferença entre receita e despesa financeira.
3 EBITDA não é uma medida contábil.
4 O EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com (a) ressultado financeiro das receitas com multas e juros sobre as mensalidades, (b) custos e despesas não recorrentes e (c) os aluguéis mínimos pagos.
5 Receita de juros e multa sobre mensalidades são compostas pelo nosso resultado financeiro, líquido, oriundo da receita de juros e de multas sobre mensalidades correspondentes aos encargos financeiros sobre as mensalidades negociadas e mensalidades pagas em atraso.
6 Os custos e despesas não recorrentes são compostos principalmente por gastos ligados a fusões e aquisições de empresas, os quais não impactariam a geração usual de caixa.
7 Os aluguéis mínimos são compostos pelos contratos de aluguel registrados como arrendamentos financeiros pelo CPC 06. Os gastos destes arrendamentos não transitam pelo nosso EBITDA, compondo o EBITDA ajustado.

A geração de caixa medida pelo EBITDA Ajustado para o período 1T15 somou R$104,6 milhões, um aumento de 66,6% comparado a R$62,7 milhões. O EBITDA ajustado excluindo a UNAMA e UnG atingiu R$ 72,1 milhões. A margem EBITDA ajustada encerrou o trimestre em 38,8%, com redução de 1,8 p.p. em relação ao 1T14 por conta principalmente do aumento das despesas de pessoal em função do dissídio e da estruturação e adequação das áreas administrativas, parcialmente contrabalançado pela diluição das despesas na UNAMA em virtude do aumento da base de alunos e redução do pessoal administrativo já no 4T14, porém ainda não concluído, e em processo de obtenção das sinergias. Excluindo as

aquisições, a margem EBITDA ajustada chegou em 37,6%, 3,0 pontos percentuais abaixo do mesmo período em 2014.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (Valores em R$ ('000))	1T15	1T14	Var. (%) 1T15 x 1T14	4T14	Var. (%) 1T15 x 4T14
(+) Receita Financeira	**8.474**	**12.626**	**-32,9%**	**8.023**	**5,6%**
Juros sobre Mensalidades e Acordos	5.912	4.691	26,0%	2.605	126,9%
Rendimentos de aplicações financeiras	1.647	7.522	-78,1%	4.894	-66,3%
Outros	915	413	121,5%	524	74,6%
(-) Despesa Financeira	**(16.799)**	**(9.013)**	**86,4%**	**(11.995)**	**40,1%**
Despesas de Juros	(4.013)	(2.975)	34,9%	(3.785)	6,0%
Juros de Arrendamentos Mercantis	(8.157)	(5.242)	55,6%	(6.591)	23,8%
Descontos Concedidos	(756)	(541)	39,7%	(400)	89,0%
Outros	(3.873)	(255)	1418,8%	(1.219)	217,7%
Resultado Financeiro	**(8.325)**	**3.613**	**-330,4%**	**(3.972)**	**109,6%**

As receitas financeiras diminuíram 32,9%, passando de R$12,6 milhões no 1T14 para R$ 8,5 milhões no 1T15. Excluindo a UNAMA e UnG, somaram R$5,8 milhões. Essa redução ocorreu em decorrência, principalmente por conta da redução do saldo de caixa e títulos e valores mobiliários que passaram de R$308,0 milhões ao final do 1T14 para R$45,4 milhões no 1T15, uma vez que esses recursos foram utilizados para aquisições, investimentos em ativo fixo e pelo aumento do contas a receber de clientes, por conta dos atrasos nos pagamentos do FIES conforme descrito na seção “Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento”.

As despesas financeiras passaram de R$ 9,0 milhões no 1T14, para R$16,8 milhões no 1T15 e excluindo a UNAMA e UnG atingiu R$ 13,0 milhões. Na comparação dos dois períodos esse aumento decorreu, principalmente, de juros de arrendamentos mercantis relativo às propriedades alugadas.

Como resultado do aumento das despesas financeiras e da redução das receitas financeiras, o resultado financeiro líquido representou uma despesa de R$ 8,3 milhões no 1T15 contra uma receita de R$3,6 milhões no 1T14. Excluindo a UNAMA e UnG foi uma despesa financeira liquida R$7,2 milhões.

Lucro Líquido

Lucro Líquido (Valores em R$ ('000))	1T15	1T14	Var. (%) 1T15 x 1T14	4T14	Var. (%) 1T15 x 4T14
Lucro Operacional	**94.273**	**58.436**	**61,3%**	**51.123**	**84,4%**
(+) Resultado Financeiro	(8.325)	3.613	-330,4%	(3.972)	109,6%
(+) IR / CS do Exercício	(3.104)	(3.343)	-7,1%	(3.377)	-8,1%
Lucro (Prejuízo) Líquido	**82.844**	**58.706**	**41,1%**	**43.774**	**89,3%**
Margem Líquida	*30,7%*	*38,0%*	*-7,2 p.p.*	*21,5%*	*9,3 p.p.*

O lucro operacional apresentou um crescimento de 61,3%, passando de R$58,4 milhões no 1T14, para R$94,3 milhões no 1T15. Esse aumento registrado se deve, principalmente, ao robusto crescimento da base de alunos que incide diretamente no aumento das receitas, decorrente da expansão orgânica e da aquisição da UNAMA/FIT e UnG.

O lucro líquido aumentou de R$58,7 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2014, para R$82,8 milhões no mesmo período de 2015, representando um aumento de 41,1%. Como percentual da receita líquida, o lucro líquido do exercício passou de 38,0% para 30,7% nos mesmos períodos, representando uma redução de 7,2 p.p. na margem líquida. Excluindo o lucro líquido da UNAMA e UnG o resultado teria sido R$52,4 milhões.

Dados Financeiros Proforma Unama e UnG

Destaques Resultados UNAMA e UnG (R$ milhares)	Ser	UNAMA/FIT	UnG	SER Educacional Divulgado 1T15
Receita Líquida	**191.699**	**49.785**	**28.014**	**269.498**
Lucro Bruto	**120.161**	**29.999**	**16.326**	**166.487**
Margem Bruta (%)	62,7%	60,3%	58,3%	61,8%
EBITDA	**72.542**	**23.308**	**10.749**	**106.599**
Margem EBITDA (%)	*37,8%*	*46,8%*	*38,4%*	*39,6%*
EBITDA AJUSTADO	**72.131**	**22.627**	**9.807**	**104.566**
Margem EBITDA Ajustada (%)	*37,6%*	*45,5%*	*35,0%*	*38,8%*
Lucro / (Prejuízo) Líquido	**52.432**	**21.319**	**9.093**	**82.844**
Margem Lucro Líquido (%)	*27,4%*	*42,8%*	*32,5%*	*30,7%*

Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento

Evolução de Contas e Prazo Médio a Receber (Valores em R$ ('000))	4T12	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Contas a Receber Bruto	**100.810**	**131.501**	**127.208**	**103.605**	**113.858**	**139.205**	**195.489**	**180.626**	**233.238**	**333.900**
Mensalidades de alunos	50.770	59.408	66.307	28.584	35.883	33.970	43.577	35.479	73.922	103.462
FIES	12.117	30.394	21.213	44.220	43.470	69.776	109.410	101.518	107.340	156.316
PRONATEC	-	-	-	-	6.573	6.639	15.347	12.893	19.610	30.309
Acordos a receber	20.615	25.325	23.842	16.661	14.153	15.839	16.361	19.050	17.736	29.020
Créditos Educativos a Receber	13.882	14.875	13.473	12.160	10.973	10.376	9.628	9.023	8.730	8.171
Outros	3.426	1.499	2.373	1.980	2.806	2.605	1.166	2.663	5.900	6.622
Saldo PDD	(45.661)	(48.284)	(54.726)	(13.408)	(17.741)	(18.459)	(18.344)	(19.829)	(27.744)	(25.595)
Contas a Receber Líquido	**55.149**	**83.217**	**72.482**	**90.197**	**96.117**	**120.746**	**177.145**	**160.797**	**205.494**	**308.305**
Receita Liquida (Últimos 12 meses - FIES+Ex-FIES+Pronatec	**283.285**	**322.389**	**367.038**	**405.947**	**456.761**	**504.304**	**566.308**	**625.762**	**705.067**	**820.035**
Dias do Contas a Receber Líquido (FIES+Ex-FIES+Pronatec)	**70**	**93**	**71**	**80**	**76**	**86**	**113**	**93**	**105**	**135**
Receita Líquida FIES (Últimos 12 meses)	76.330	94.436	133.068	163.233	193.504	230.853	266.072	306.304	351.278	372.502
Dias do Contas a Receber Líquido (FIES)	**57**	**116**	**57**	**98**	**81**	**109**	**148**	**119**	**110**	**151**
Dias do Contas a Receber Normalizado (FIES)	**57**	**116**	**57**	**98**	**81**	**98**	**80**	**111**	**67**	**100**

Nosso giro do contas a receber de FIES sofreu com os atrasos no cronograma de pagamentos e os efeitos da portaria 23/2014 e 02/2015,

impactando no saldo do contas a receber de março/15, levando nosso prazo médio de recebimento a subir significativamente nos últimos trimestres.

Nos primeiros 15 dias de maio a Companhia recebeu R$58,8 milhões em pagamentos do Governo Federal, sendo R$52,8 milhões relacionados ao FIES (referência dezembro) e R$6,0 milhões do PRONATEC (referência janeiro). Se estes pagamentos fossem realizados em março, o "Dias do contas a receber de FIES" ajustado seria de 100 dias.

A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa (PDD) em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos. O critério utilizado pela Companhia é provisionar 100% dos recebíveis vencidos há mais de 180 dias, complementados pelo provisionamento do FIES.

Aging dos Acordos a Receber (Valores em R$	1T15	A.V. (%)	4T14	A.V. (%)
A vencer	12.024	41,4%	4.930	27,8%
Vencidas até 30 dias	4.396	15,1%	2.457	13,9%
Vencidas de 31 a 60 dias	2.883	9,9%	1.884	10,6%
Vencidas de 61 a 90 dias	1.494	5,1%	1.647	9,3%
Vencidas de 91 a 179 dias	3.474	12,0%	3.158	17,8%
Vencidas há mais de 180 dias	4.749	16,4%	3.660	20,6%
TOTAL	**29.020**	**100,0%**	**17.736**	**100,0%**
% sobre o Contas a Receber Bruto	8,7%		7,6%	

Os acordos a receber de alunos referem-se a renegociações dos alunos inadimplentes da Companhia. Podemos observar na tabela acima que 41,4% dos acordos estavam a vencer.

A tabela abaixo mostra a evolução de nossa PDD no período de 31 de dezembro de 2014 a 31 de março de 2015:

Constituição da Provisão para Devedores Duvidosos na DRE (Valores em R$ ('000))	31/12/2014	Aumento bruto da provisão para inadimplência	Baixa	31/03/2015
Total	**27.744**	**4.595**	**(6.744)**	**25.595**

Investimento (CAPEX)

CAPEX (Valores em R$ ('000))	3M15	% do Total	12M14	% do Total
CAPEX Total	**100.474**	**100,0%**	**295.568**	**100,0%**
Aquisição de Imóveis / Construção / Reforma de Campi	17.672	17,6%	81.681	27,6%
Equipamentos / Biblioteca / TI	17.912	17,8%	43.221	14,6%
Licença MEC	717	0,7%	3.788	1,3%
Licenças de *Software*	1.510	1,5%	4.284	1,4%
Convênios	213	0,2%	1.560	0,5%
Intangíveis e Outros	81	0,1%	26.742	9,0%
Aquisições	62.369	62,1%	134.292	45,4%

No período de 3M15, a Companhia investiu o valor liquido de comissões e outras despesas de R$62,4 milhões na primeira parcela dos R$199,1 milhões da aquisição da UnG, sendo que as demais parcelas serão pagas até 2019 conforme o cronograma descrito na seção “endividamento”. O maior valor de pagamento a seguir foi de R$17,9 milhões referentes à compra de bibliotecas para equipar unidades operacionais e R$17,7 milhões utilizados para reforma de campi.

Endividamento

Endividamento (Valores em R$ ('000))	31/03/2015	31/12/2014	Var. (%) mar15 x dez14
Patrimônio líquido	**703.279**	**626.652**	**12,2%**
Caixa e disponibilidades	45.711	73.248	-37,6%
Títulos e valores mobiliários	-	63.418	-100,0%
Endividamento bruto	**(292.005)**	**(173.709)**	**68,1%**
Empréstimos e Financiamentos	(122.488)	(107.937)	13,5%
Curto prazo	(35.066)	(33.264)	5,4%
Longo prazo	(87.422)	(74.673)	17,1%
Compromissos a pagar *	(169.517)	(65.772)	157,7%
Caixa (dívida) líquido	**(246.294)**	**(37.043)**	**564,9%**
Dívida líquida / EBITDA (udm)	0,85	0,15	

*Compromissos a pagar são referentes a aquisições realizadas e ainda não liquidadas.

Em 31 de março de 2015, o Grupo Ser Educacional possuía uma dívida líquida de R$246,3 milhões o que representa um índice de alavancagem (divida líquida / EBITDA doze meses) de 0,85x comparado a 0,15x devido principalmente aos compromissos relacionados à aquisição da UnG que elevaram nosso compromissos a pagar em R$136,9 milhões, comparado ao 4T14 e do aumento do nosso contas a receber em 50% na comparação pelo mesmo período por conta principalmente do atraso dos pagamentos por parte do Governo Federal para o FIES e PRONATEC. Se considerarmos os valores recebidos em maio, conforme descritos anteriormente em “Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento”, o índice de alavancagem passaria para 0,65x.

Cronograma da Dívida (Valores em R$ ('000))	Empréstimos e Financiamentos	A.V. (%)	Compromissos a Pagar	A.V. (%)	Total	A.V. (%)
Curto Prazo	**35.066**	**28,6%**	**70.039**	**41,3%**	**105.105**	**36,0%**
Longo Prazo	**87.422**	**71,4%**	**99.478**	**58,7%**	**186.900**	**64,0%**
2016	26.737	21,8%	29.546	17,4%	56.283	19,3%
2017	23.879	19,5%	25.283	14,9%	49.162	16,8%
2018	17.075	13,9%	23.255	13,7%	40.330	13,8%
2019	9.738	8,0%	21.394	12,6%	31.132	10,7%
A partir de 2020	9.993	8,2%	-	0,0%	9.993	3,4%
Total de Empréstimos Financiamentos e compromissos	**122.488**	**100,0%**	**169.517**	**100,0%**	**292.005**	**100,0%**

Em relação ao cronograma da dívida, 36,0% correspondem à dívida de curto prazo demonstrando que a Companhia possui prazos adequados para amortização de seu endividamento, além de um nível de alavancagem financeira confortável.

Fluxo de Caixa

No período de 3M15, a Companhia apresentou uma diminuição de caixa de R$27,5 milhões, decorrentes da utilização de R$37,1 milhões nas atividades de investimento e R$0,035 milhão nas atividades de financiamento, contra uma geração de caixa de R$9,6 milhões com as atividades operacionais, conforme reconciliação abaixo:

Geração de Caixa (Valores em R$ ('000))	1T15	1T14	Var. (%) 1T15 x 1T14
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	9.554	48.760	-80,4%
(-) Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(37.056)	(44.039)	-15,9%
(+) Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(35)	(377)	-90,7%
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(27.537)**	**4.344**	**-733,9%**
Demonstração do aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	73.248	217.260	-66,3%
No fim do período	45.711	221.604	-79,4%
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(27.537)**	**4.344**	**-733,9%**

O fluxo de caixa de investimentos representa o CAPEX da Companhia no período, excluindo-se a linha de Títulos e Valores Mobiliários. Importante destacar que nosso caixa operacional foi impactado com o ajuste do novo cronograma de recebimento e recompra do FIES e Pronatec a partir de 2015, em R$ 58 milhões, uma vez que os recursos passaram a ser recebidos com atraso de 5 meses. O nosso caixa operacional, ajustado com os R$ 58 milhões, seria de R$ 104,5 milhões.

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Ser Educacional S.A. ("Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "Grupo") tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e administração de atividades nas áreas de educação de graduação, pós graduação, educação profissional e outras áreas associadas à educação e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades empresárias, no Brasil.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em Recife, Estado de Pernambuco é listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código SEER3 onde negocia suas ações ordinárias.

O Grupo possui vinte e três empresas constituídas sob a forma de sociedades de responsabilidade limitada e, reúne duas Universidades, um Centro Universitário e vinte e duas faculdades, distribuídas em doze Estados do país.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de maio de 2015, segundo as recomendações dos membros do Comitê de Auditoria e Finanças.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As informações trimestrais relativas ao trimestre e período de três meses findos em 31 de março de 2015 foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

As práticas contábeis adotadas na preparação da informação trimestral de 31 de março de 2015 são as mesmas descritas na Nota 2 das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

As demonstrações financeiras intermediárias intermediárias da Controladora foram preparadas conforme CPC 21 – Demonstração intermediária. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Notas Explicativas

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é assim resumida:

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Diretas %		Indiretas %	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda	99,99	99,99	100,00	100,00
União de Ensino Superior do Pará – UNESPA (b)			100,00	100,00
Instituto Santareno de Educação Superior – ISES (b)			100,00	100,00
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
CETEBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. (c)			100,00	(a)
FMN Clinica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda - SESPS	99,99	99,99	100,00	100,00
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	99,99	99,99	100,00	100,00
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	99,99	99,99	100,00	100,00
CIESPI - Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Uninassau Participações S.A.	99,99	99,99	100,00	100,00
Nassau Escola de Aviação Civil Ltda. (d)	99,99	99,99	100,00	100,00
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda (e)	99,99	99,99	100,00	100,00
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda (f)	99,99	99,99	100,00	100,00

(a) Empresa adquirida em 2015.
(b) A União de Ensino Superior do Pará – UNESPA e Instituto Santareno de Educação Superior – ISES são controladas indiretas da Companhia através do Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda.
(c) A Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. é controlada indireta da Companhia através do CENESUP – Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.
(d) Durante o primeiro trimestre de 2015 a razão social do Winglet Escola de Aviação foi modificada para Nassau Escola de Aviação Civil Ltda.
(e) Durante o primeiro trimestre de 2015 a razão social do Associação de Ensino Superior Anglo Líder - AESAL foi modificada para Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda.
(f) Durante o primeiro trimestre de 2015 a razão social do Centro Educacional e Desportivo FASE Ltda. foi modificada para Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda.

O período de abrangência das informações trimestrais das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, sendo que para as contas do resultado, os valores apenas são consolidados da data em que o controle foi adquirido pela companhia em diante.

Notas Explicativas

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

2.4.2 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes e estão apresentados na nota 5.

2.4.3 Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" (Notas 2.3 e 2.5).

2.4.4 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transaçãopara todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativosfinanceiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras despesas operacionais, líquidas" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.4.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente..

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços arrecadados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*).

2.6 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos. É calculada pela administração quando existe evidência objetiva de perda, considerando o fluxo de caixa esperado, descontado pela taxa efetiva de juros.

2.7 Investimentos em controladas (aplicável somente para as demonstrações financeiras intermediárias individuais)

Os investimentos em empresas controladas, nas demonstrações financeiras intermediárias da controladora, estão registrados pelo método da equivalência patrimonial.

A participação societária em controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada.
Nas demonstrações contábeis individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - goodwill é apresentado no investimento.

Notas Explicativas

2.8 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" no consolidado. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas.

Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(b) Carteira de alunos

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período esperado da relação com o aluno.

(c) Licenças e implantações de *softwares*

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

(g) Credenciamento e Licenças de operação

Os Credenciamentos e as licenças de operação são capitalizadas com base nos gastos incorridos junto ao Ministério de Educação referentes à autorização e ao reconhecimento dos cursos oferecidos, assim como recredenciamento das Unidades. Os Credenciamentos e as licenças têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de vigência das licenças obtidas junto ao Ministério da Educação.

(e) Conteúdo Digital

O Conteúdo Digital é capitalizado com base nos custos incorridos para adquirir direitos de uso de conteúdos digitais a serem utilizados na prestação de serviço da Companhia. Esses custos são amortizados durante o prazo do contrato.

Notas Explicativas

(f) Convênios

Os convênios são capitalizados com base nos custos incorridos para firmar contratos, junto a empresas parceiras, que confiram aos alunos do Grupo o direito de exercer as atividades de graduação complementares, necessárias para sua formação acadêmica. Esses custos são amortizados durante o prazo dos referidos contrato.

(g) Fundo de comércio

São ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundo de comércio). São amortizados linearmente de acordo com o prazo do contrato de aluguel dos imóveis alugados.

(h) Intangíveis identificados em aquisições

Os intangíveis identificados em aquisições são registrados inicialmente pelos seus valores justos com base em laudos de avaliação suportando os montantes alocados nas combinações de negócios efetuadas pela Companhia. Esses ativos intangíveis identificados em aquisições referem-se basicamente aos valores de licenças e credenciamentos de cursos perante ao MEC, marcas e carteira de clientes. Com exceção de carteira de clientes, estes ativos identificados em aquisições possuem vida útil indefinida e estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade.

(i) Marcas registradas

As marcas registradas são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos. As marcas não possuem vida útil definida.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perda para *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Notas Explicativas

2.10 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment)*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.11 Fornecedores e compromissos a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e os compromissos a pagar são obrigações decorrentes da aquisição de imóveis e dos saldos a pagar oriundos de combinações de negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar a fornecedores e os compromissos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores e os compromissos a pagar são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.12 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

O Grupo arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento em contrapartida de um passivo de arrendamento a pagar.
Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em obrigações de arrendamentos mercantis. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14 Provisões

As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança, com base nos julgamentos dos consultores jurídicos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Para as unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", as atividades de ensino superior de graduação gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL".

(b) PIS e COFINS

Para as receitas das atividades de ensino, com exceção das atividades de graduação das unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", incidem o Programa de Integração Social "PIS" e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS" nas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incidem o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

As atividades de graduação nas unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI" são isentas do Programa de Integração Social "PIS" e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS".

(c) PROUNI

As unidades que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL", instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e,

Notas Explicativas

- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica.

Em 12 de setembro de 2013, a Receita Federal do Brasil publicou a Instrução Normativa SRF nº 1394, que regulamenta a Lei nº 11.096/05. A Instrução Normativa SRF nº 1394 introduziu disposições em relação às isenções fiscais instituídas pelo PROUNI, que passa a produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

(d) ISS

As receitas das atividades de ensino incidem o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza "ISS", conforme regulamentado na lei complementar 116/2003, nas alíquotas de 3,00% a 5,00%, a depender do município. O tributo é reconhecido de acordo com o reconhecimento de receita da Companhia.

2.16 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33).

2.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.18 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de ensino superior, pós-graduação, cursos livres e atividades educacionais correlatas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, a Unidade ou o termo acadêmico. As receitas são geradas com base em contratos de preço fixo, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os recebimentos antecipados de mensalidades são registrados como "Adiantamentos de clientes" e reconhecidos no mês de competência da prestação dos serviços.

A Companhia aderiu, em outubro de 2013, ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC), criado pelo Ministério da Educação (MEC) para expandir a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores brasileiros. As receitas são geradas com base na bolsa-formação, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação de serviço, considerando a confirmação de presença por cada aluno, de acordo com as condições e requisitos do programa.

Notas Explicativas

A Companhia registra como desconto os encargos educacionais decorrentes dos contratos de financiamento garantidos pelos alunos que aderiram ao FGEDUC, de acordo com a Portaria Normativa Nº 21 de 21 de outubro de 2010, Portaria Normativa Nº 14 de 28 de junho de 2012 e Portaria Normativa Nº 3 de 3 de janeiro de 2014. Os encargos educacionais somam 5,63% da receita oriunda dos alunos que possuem adesão ao FGEDUC pelo FIES.

(b) Receitas e despesas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que estabelece 25% como mínimo obrigatório e os dividendos e juros sobre o capital próprio que eventualmente tenham sido pagos a título de antecipação durante o exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral.

O efeito fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.20 Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior presencial, a Companhia está organizada em uma única Unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejamdestinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Provisão para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributarias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança,

Notas Explicativas

com base nos julgamentos dos consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Vide Nota 24.

(b) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.9. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas elaboradas por especialistas externos e revisadas pela administração e levam em consideração estimativa de taxa de desconto e de crescimento de receitas, dentre outras, conforme detalhado na nota 10(e).

(c) Mensuração de valor justo nas combinações de negócios

A Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos do CPC 15 (Combinação de negócios) e identifica os itens de ativos e passivos a serem registrados. Nesse contexto, utiliza-se de julgamentos para identificar os ativos intangíveis adquiridos, bem como passivos contingentes assumidos. Estimativas são utilizadas para determinação dos valores justos dos ativos e passivos da combinação e também do ágio residual. (As estimativas e metodologias utilizadas estão descritas na Nota 26).

(d) Provisão para devedores duvidosos

A Companhia efetua análises para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos e registra quando a administração identifica evidência objetiva de perda.

(e) Intangíveis de vida útil indefinida

A Companhia possui intangíveis identificados, licenças e credenciamento de cursos e marcas, oriunda de combinhações de negócios o qual possuem vida útil indefinida. Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) nos intangíveis identificados o qual possuem vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.9. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. A estimativa de vida útil para determinadas ativos intangíveis é feita pela administração com base no seu histórico e experiência no setor com relação ao uso desses intangíveis.

(f) Arrendamentos mercantis

A avaliação da classificação entre arrendamento operacional e financeiro leva em consideração estimativas de valor justo de imóveis arrendados para as atividades da Companhia, bem como estimativas de vida útil dos mesmos considerando o uso na sua operação. As estimativas de valor justo estão baseadas em laudos de terceiros especializados, assim como a vida útil estimada.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

Notas Explicativas

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as Unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas.

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto e longo prazo e aplicações financeiras substancialmente atreladas a taxa pós fixada do certificado de depósitos interbancário (CDI).

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São avaliados cenários, levando em consideração refinanciamento e renovação de posições existentes. Com base nessa avaliação, o Grupo monitora o risco de variação significativa na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado de forma centralizada. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A política de vendas da Companhia e de suas controladas está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No segmento de ensino superior presencial para os alunos contemplados pelo Programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo Programa. Em dezembro de 2014, o Ministério da Educação e Cultura - MEC definiu a portaria normativa nº 23 que modifica principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC.

Os impactos da alteração na legislação ocorrerão a partir de 2015 e foram avaliados pela Administração da Companhia. Os impactos de repasse ocorrerão somente no ano de 2015 e serão regularizados a partir de 2016, inclusive com os repasses atrasados.

A Companhia mantém registrado provisão para créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao risco de crédito, incluindo os potenciais riscos de inadimplência da parcela não garantida dos alunos beneficiados pelo FIES. Essa análise de crédito avalia a qualidade do crédito dos alunos levando em consideração o histórico de pagamentos, prazo do relacionamento com a instituição, análise de crédito (SPC e Serasa).

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado, conforme Nota 7 (e) que demonstra também a movimenção da provisão para devedores duvidosos no período.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas, atuam de acordo com sua política financeira, onde os saldos de caixa e equivalentes de

Notas Explicativas

caixa e títulos e valores mobiliários encontram-se com instituições financeiras com risco de crédito mínimo BBB de acordo com as agências de crédito Standard & Poor's, Fitch e Moody's.

(c) Risco de liquidez

É o risco de não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2015				
Empréstimos e financiamentos	34.154	37.085	53.894	11.414
Arrendamento Mercantil	22.427	16.819	67.278	272.894
Compromissos a pagar	13.322	2.053		
Em 31 de dezembro de 2014				
Empréstimos e financiamentos	27.469	33.601	51.931	598
Arrendamento Mercantil	22.426	44.852	67.278	250.468
Compromissos a pagar	14.876	2.952		

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2015				
Empréstimos e financiamentos	38.420	41.160	62.815	11.945
Arrendamento Mercantil	38.999	29.249	116.994	512.390
Compromissos a pagar	70.038	31.740	67.749	
Em 31 de dezembro de 2014				
Empréstimos e financiamentos	30.883	36.741	58.975	956
Arrendamento Mercantil	33.346	66.692	100.038	393.795
Compromissos a pagar	52.820	12.952		

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de

Notas Explicativas

alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro 2014 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Total de empréstimos e financiamentos bancários	122.488	107.937
Total de compromissos a pagar	169.517	65.772
Caixa e equivalentes de caixa	(45.711)	(73.248)
Títulos e valores mobiliários		(63.418)
Dívida líquida	246.294	37.043
Total do patrimônio líquido	703.279	626.652
Patrimônio líquido mais dívida líquida (capital total)	949.573	663.695
Índice de alavancagem financeira	26%	6%

4.3 Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2015, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base na última taxa básica de juros determinada pelo BACEN na reunião do Comitê de Política Monetária em 29 de abril de 2015 (13,25% a.a), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2015, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI e TJLP com cada cenário.

		Cenário Elevação do CDI e TJLP		
Operações	**Risco**	**Cenário Provável (I)**	**Cenário (II)**	**Cenário (III)**
Aplicações Financeiras	CDI	13,25%	16,56%	19,88%
34.889		4.623	5.778	6.934
Títulos e Valores Mobiliários	CDI	13,25%	16,56%	19,88%
-		-	-	-
Operações	**Risco**	**Cenário Provável (I)**	**Cenário (II)**	**Cenário (III)**
Financiamentos - Capital de Giro	CDI	13,25%	16,56%	19,88%
(87.482)		(11.591)	(14.489)	(17.387)
Finame	TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
(21.017)		(1.051)	(1.314)	(1.576)
Compromissos a pagar	CDI	13,25%	16,56%	19,88%
(34.831)		(4.615)	(5.769)	(6.923)
Compromissos a pagar	IGP-M	3,85%	4,81%	5,78%
(119.860)		(4.615)	(5.768)	(6.922)
Compromissos a pagar	IPCA	8,05%	10,06%	12,08%
(10.000)		(805)	(1.006)	(1.208)
Posição Líquida		(18.054)	(22.568)	(27.081)

		Cenário Queda do CDI e TJLP		
Operações	**Risco**	**Cenário Provável (I)**	**Cenário (II)**	**Cenário (III)**
Aplicações Financeiras	CDI	13,25%	9,94%	6,63%
34.889		4.623	3.467	2.311
Títulos e Valores Mobiliários	CDI	13,25%	9,94%	6,63%
-		-	-	-
Operações	**Risco**	**Cenário Provável (I)**	**Cenário (II)**	**Cenário (III)**
Financiamentos - Capital de Giro	CDI	13,25%	9,94%	6,63%
(87.482)		(11.591)	(8.694)	(5.796)
Finame	TJLP	5,00%	3,75%	2,50%
(21.017)		(1.051)	(788)	(525)
Compromissos a pagar	CDI	13,25%	9,94%	6,63%
(34.831)		(4.615)	(3.461)	(2.308)
Compromissos a pagar	IGP-M	3,85%	4,81%	5,78%
(119.860)		(4.615)	(5.768)	(6.922)
Compromissos a pagar	IPCA	8,05%	10,06%	12,08%
(10.000)		(805)	(1.006)	(1.208)
Posição Líquida		(18.054)	(16.250)	(14.447)

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	1.853	1.796
Contas a receber de clientes	129.605	87.083
Partes relacionadas	52.335	7.478
	183.793	96.357
Mensurados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	26.917	37.225
Títulos e valores mobiliários	-	63.418
	26.917	100.643
	210.710	197.000
Outros passivos financeiros registrados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	114.192	100.144
Arrendamentos mercantis	149.801	150.522
Partes relacionadas	23.970	26.067
Fornecedores	10.869	10.599
Compromissos a pagar	15.375	17.828
	314.207	305.160

	31 de março de 2015	
	Valor Contábil	Valor Justo
Empréstimos e recebíveis		
Numerários em caixa e bancos	1.853	1.796
Contas a receber de clientes	129.605	87.083
Partes relacionadas	52.335	7.478
	183.793	96.357
Mensurados ao valor justo		
Aplicações financeiras	26.917	37.225
	26.917	37.225
Outros passivos financeiros registrados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	114.192	100.144
Arrendamentos mercantis	149.801	150.522
Partes relacionadas	23.970	26.067
Fornecedores	10.869	10.599
Compromissos a pagar	15.375	17.828
	314.207	305.160

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Consolidado

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	10.822	8.640
Contas a receber de clientes	308.305	205.494
Partes relacionadas		
	319.127	214.134
Mensurados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	34.889	64.608
Títulos e valores mobiliários		63.418
	34.889	128.026
	354.016	342.160
Outros passivos financeiros registrados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	122.488	107.937
Arrendamentos mercantis	257.388	221.347
Fornecedores	18.931	17.314
Compromissos a pagar	169.517	65.772
	568.324	412.370

	31 de março de 2015	
	Valor Contábil	Valor Justo
Empréstimos e recebíveis		
Numerários em caixa e bancos	10.822	8.640
Contas a receber de clientes	308.305	205.494
Partes relacionadas		
	319.127	214.134
Mensurados ao valor justo		
Aplicações financeiras	34.889	64.608
	34.889	64.608
Outros passivos financeiros registrados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	122.488	107.937
Arrendamentos mercantis	257.388	221.347
Fornecedores	18.931	17.314
Compromissos a pagar	169.517	65.772
	568.324	412.370

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Numerários em caixa	282	225	1.081	1.275
Bancos - conta corrente	1.571	1.571	9.741	7.365
Aplicações financeiras	26.917	37.225	34.889	64.608
Caixa e equivalentes de caixa	28.770	39.021	45.711	73.248
Debêntures de Instituições financeiras		63.418		63.418
Títulos e Valores mobiliários		63.418		63.418
Total	28.770	102.439	45.711	136.666

O Caixa e equivalentes de caixa consiste em numerário disponível na Companhia, saldos mantidos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo com vencimento não superior a 90 dias, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Os recursos aplicados nas aplicações financeiras e debêntures estão da seguinte forma:

		Controladora		Consolidado	
Banco	Remuneração	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Banco Santander	Compromissada - 102,0% do CDI	25.470		25.470	27.340
Banco Itaú	Compromissada - 99,5% do CDI			503	
Banco Itaú	Compromissada - 95,0% do CDI			609	
Banco Santander	CDB - 102,0% do CDI				
Banco Santander	CDB - 101,0% do CDI		36.543		36.543
Banco BTG Pactual	CDB - 101,0% do CDI				
Banco Santander	CDB - 100,0% do CDI	1.425	446	8.250	446
Banco Safra	CDB - 100,0% do CDI	22	112	22	112
Banco Itaú	CDB - 100,0% do CDI			11	
Banco do Brasil	CDB - 100,0% do CDI				27
Caixa Economica Federal	CDB - 100,0% do CDI		124		124
Banco Bradesco	CDB - 100,0% do CDI			24	16
	Aplicações financeiras	26.917	37.225	34.889	64.608
Banco Santander	Debêntures - 103,5% do CDI		58.722		58.722
Banco Bradesco	Debêntures - 100,0% do CDI		4.696		4.696
	Títulos e valores mobiliários		63.418		63.418

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Mensalidades de alunos (a)	30.443	23.954	103.462	73.922
FIES a Receber (c)	62.988	39.705	156.316	107.340
Pronatec	24.622	15.520	30.309	19.610
Acordos a receber (b)	12.300	9.599	29.020	17.736
Creditos educativos a receber (d)	5.957	6.296	8.171	8.730
Outros	3.162	1.803	6.622	5.900
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	(9.867)	(9.794)	(25.595)	(27.744)
	129.605	87.083	308.305	205.494
(-) Circulante	(126.708)	(83.837)	(304.528)	(201.321)
Não circulante	2.897	3.246	3.777	4.173

Os recebíveis não circulantes referem-se aos créditos educativos a receber.

(a) Mensalidades de alunos

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a análise do vencimento dos saldos de mensalidades de alunos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Vencidas até 30 dias	10.907	7.714	34.174	26.377
Vencidas de 31 a 60 dias	4.849	3.721	20.758	10.202
Vencidas de 61 a 90 dias	731	3.908	4.632	10.179
Vencidas de 91 a 180 dias	9.113	3.307	29.380	10.796
Vencidas há mais de 180 dias	4.778	5.370	14.553	16.545
	30.378	24.020	103.497	74.099
Créditos a identificar	65	(66)	(35)	(177)
	30.443	23.954	103.462	73.922

(b) Acordos a receber

A administração da Companhia mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para o outro. A Companhia oferece toda forma e meios de pagamento ao aluno, porém

Notas Explicativas

considera seus respectivos limites de crédito, e se necessário, solicita a presença de fiador para o crédito concedido. Os acordos a receber de alunos referem-se a renegociações dos alunos inadimplentes da Companhia. Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a análise do vencimento dos saldos de acordos a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
A vencer	4.896	2.613	12.024	4.930
Vencidas até 30 dias	1.710	1.307	4.396	2.457
Vencidas de 31 a 60 dias	1.244	1.033	2.883	1.884
Vencidas de 61 a 90 dias	647	876	1.494	1.647
Vencidas de 91 a 180 dias	1.697	1.723	3.474	3.158
Vencidas há mais de 180 dias	2.106	2.047	4.749	3.660
	12.300	9.599	29.020	17.736

(c) FIES a receber

Os créditos educativos a receber - Sistema FIES, estão representados pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e pelo Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários da Companhia, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

No final de 2014, o Ministério da Educação e Cultura emitiu as portarias normativas nº 21 e nº 23, que tratam da revisão dos prazos para repasses pelo governo federal em 2015 e regras de pontuação para aceitação de alunos no programa FIES. A Companhia, imediatamente, passou a tomar ações visando minimizar o impacto nas receitas e na necessidade de capital de giro.

(d) Créditos educativos

Outros créditos educativos a receber estão representados pelos créditos educacionais do Fundaplub (Fundação Aplub de Crédito Educativo) e Educred, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos e aprovados pela Companhia, e estão registrados a valor presente. Tais recursos financeiros serão repassados à Companhia e suas controladas após a formatura dos respectivos alunos.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Credito educativo a receber				
Fundaplub e Educred	5.957	6.296	8.171	8.730
	5.957	6.296	8.171	8.730
(-) Circulante	(3.060)	(3.050)	(4.394)	(4.557)
Não circulante	2.897	3.246	3.777	4.173

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a análise do vencimento dos saldos de crédito educativo a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
A vencer	5.003	5.574	6.668	7.510
Vencidas até 30 dias	155	79	226	128
Vencidas de 31 a 60 dias	191	65	282	107
Vencidas de 61 a 90 dias	38	63	51	105
Vencidas de 91 a 180 dias	204	175	330	294
Vencidas há mais de 180 dias	366	340	614	586
	5.957	6.296	8.171	8.730

(e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

No presente momento o cálculo da Companhia na provisão para créditos de liquidação duvidosa refere-se a provisão dos títulos vencidos há mais de 180 dias. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber, considerando evidências objetivas de perda incorrida.

O cálculo da PCLD para alunos que possuem o crédito educativo do FIES foi realizado da seguinte forma:

(i) Alunos FIES com fiador (foi constituída provisão para o percentual de 2,25% dos contas a receber com essa característica, considerando as premissas de 15% de risco de crédito sobre 15% de inadimplência).
(ii) Para o risco não coberto do FGEDUC foi constituída provisão para os 10% dos créditos de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 90% restantes) sobre os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,225%.
(iii) Para o risco não coberto do FGEDUC foi constituída para os 20% de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 80% restantes) sobre os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,450%.

Em adição a política supramencionada a Companhia realiza uma análise individual do contas a receber, onde não foram observados itens sujeitos a não recuperabilidade.

A Companhia efetua baixa definitiva dos créditos considerados incobráveis dos títulos vencidos há mais de 360 dias trimestralmente.

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
No inicio do período / exercício	9.794	8.957	27.744	17.741
Baixa de créditos incobráveis	(1.756)	(10.129)	(6.744)	(15.465)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa de contas a receber	1.829	10.966	4.595	25.468
No final do período / exercício	9.867	9.794	25.595	27.744

Em 31 de março de 2015e 31 de dezembro de 2014, encontram-se vencidas, mas não *impaired* os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Vencidas até 30 dias	12.772	3.829	39.436	8.486
Vencidas de 31 a 60 dias	6.284	3.351	23.978	6.775
Vencidas de 61 a 90 dias	1.416	3.943	6.195	7.326
Vencidas de 91 a 180 dias	11.014	8.663	33.209	15.800
	31.486	19.786	102.818	38.387

Notas Explicativas

8 Tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Tributos a recuperar				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.306	1.075	3.087	2.736
Imposto sobre serviço - ISS			28	27
Pis e cofins a compensar	843	392	2.239	443
INSS a recuperar	8	7	35	35
Outros	-		43	48
	2.157	1.474	5.432	3.289

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Tributos a recolher				
Imposto sobre serviço - ISS	2.018	1.543	8.259	5.767
PIS e COFINS	245	324	898	979
Imposto de renda retido na fonte	1.107	2.023	4.656	4.368
INSS	1	1	607	607
IPTU a recolher	917	33	1.738	69
Outros	56	31	190	201
	4.344	3.955	16.348	11.991

9 Investimentos

(a) Composição do saldo (Controladora)

	Controladora	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Investimentos em empresas controladas	462.388	400.625
	462.388	400.625

Notas Explicativas

(b) Movimentação do saldo de investimento em empresas controladas (Controladora)

	Controladora	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
No início do exercício	400.625	188.946
Aumento de capital		137.052
Participação nos lucros de subsidiárias	62.610	116.957
Distribuição de lucros de subsidiárias		(52.717)
Aquisição de controladas		10.387
Outros	(847)	
No final do exercício	462.388	400.625

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Participação (Controladora)

	Participação Direta	Participação Indireta	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento 31/12/2014	Goodwill 31/12/2014
Controladas Diretas						
CETEBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	99,99	100,00	4.631	779	4.631	4.140
FMN Clinica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	100,00	138	73	138	
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	99,99	100,00	23.840	27.411	23.840	
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	100,00	1.258	1.312	1.258	
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	100,00	26.185	10.769	26.185	4.362
Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda	99,99	100,00	166.497	29.712	166.497	
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	100,00	1.127	947	1.127	
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	99,99	100,00	24.270	21.625	24.270	5.125
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	99,99	100,00	34.542	8.458	34.542	8.405
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	99,99	100,00	1.003	1.842	1.003	
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda - SESPS	99,99	100,00	8.867	(3.326)	8.867	1.043
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	99,99	100,00	15.889	8.606	15.889	959
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	99,99	100,00	6.940	1.892	6.940	8.439
CIESPI - Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda.	0.01	100,00	4.423		4.423	
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	99,99	100,00	15.559	8.448	15.559	5.583
Uninassau Participações S.A.	99,99	99,99				
Nassau Escola de Aviação Civil Ltda.	99,99	100,00				120
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	99,99	100,00	2.782	(522)	3.621	1.121
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda	99,99	100,00	3.380	(347)	3.380	2.232
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda	99,99	100,00	7.854	(722)	7.854	2.692
Combinação de negócios						
Faculdade Decisão - FADE					2.300	1.080
Faculdades COC de Maceió - FACOCMA					3.000	
Total			349.185	116.957	355.324	45.301
Controladas Indiretas						
União de Ensino Superior do Pará – UNESPA		100,00	27.292	(1.236)	85.792	82.252
Instituto Santareno de Educação Superior – ISES		100,00	(1.126)	(129)	7.174	6.088
			26.166	(1.365)	92.966	88.340

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Participação Direta	Participação Indireta	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento 31/03/2015	Goodwill 31/03/2015
Controladas Diretas						
CETEBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	99,99	100,00	4.631	(966)	3.876	4.140
FMN Clinica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	100,00	138	12	150	
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	99,99	100,00	23.840	14.908	38.752	
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	100,00	1.258	166	1.425	
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	100,00	26.185	2.452	28.648	4.362
Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda	99,99	100,00	166.497	30.138	196.637	
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	100,00	1.127	520	1.646	
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	99,99	100,00	24.270	6.136	30.381	5.125
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	99,99	100,00	34.542	(306)	34.243	8.405
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	99,99	100,00	1.003	299	1.300	
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda - SESPS	99,99	100,00	8.867	(387)	8.284	1.043
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	99,99	100,00	15.889	3.471	19.384	959
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	99,99	100,00	6.940	2.094	9.035	8.662
CIESPI - Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda.	0.01	100,00	4.423	2.297	6.713	
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	99,99	100,00	15.559	2.800	18.359	5.360
Uninassau Participações S.A.	99,99	99,99				
Nassau Escola de Aviação Civil Ltda.	99,99	100,00				120
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	99,99	100,00	2.782	(571)	2.760	573
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda	99,99	100,00	3.380	(159)	3.216	2.232
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda	99,99	100,00	7.854	(294)	6.602	3.668
Combinação de negócios						
Faculdade Decisão - FADE					2.300	1.028
Faculdades COC de Maceió - FACOCMA					3.000	
Total			349.185	62.610	416.711	45.677
Controladas Indiretas						
União de Ensino Superior do Pará – UNESPA		100,00	52.193	21.290	110.593	84.519
Instituto Santareno de Educação Superior – ISES		100,00	(1.082)	29	7.218	5.337
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda.		100,00	14.928	9.093	217.656	58.194
			66.039	30.412	335.467	148.050

Notas Explicativas

10 Intangível

(a) Controladora

	Marcas e patentes	Licenças e implantações *de software*	Licenças de operação	Convênios	Carteira de alunos	Conteúdo Digital	Fundo de Comércio	Total
Em 31 de dezembro 2014								
Saldo inicial	531	4.287	1.539	696	28	68		7.149
Aquisições		4.170	1.519	1.517		450	359	8.015
Amortização		(940)	(652)	(208)	(28)	(86)		(1.914)
Saldo contábil, líquido	531	7.517	2.406	2.005		432	359	13.250
Em 31 de dezembro 2014								
Custo	531	11.507	4.019	2.915	828	622	359	20.781
Amortização acumulada		(3.990)	(1.613)	(910)	(828)	(190)		(7.531)
Saldo contábil, líquido	531	7.517	2.406	2.005		432	359	13.250
Em 31 de março de 2015								
Saldo inicial	531	7.517	2.406	2.005		432	359	13.250
Aquisições		1.458	42	211		80	-	1.791
Transferência							(18)	(18)
Amortização		(578)	(315)	22		(24)		(895)
Saldo contábil, líquido	531	8.397	2.133	2.238		488	341	14.128
Em 31 de março de 2015								
Custo	531	12.965	4.061	3.126	828	702	341	22.554
Amortização acumulada		(4.568)	(1.928)	(888)	(828)	(214)		(8.426)
Saldo contábil, líquido	531	8.397	2.133	2.238		488	341	14.128
Taxas anuais médias de amortização %		20	33	25	25	20	20	

Notas Explicativas

(b) Consolidado

	Marcas e patentes	Licenças e implantações *de software*	Licenças de operação	Convênios	Carteira de alunos	Conteúdo Digital	Fundo de Comércio	*Goodwill*	Intangíveis identificados em aquisições	Total
Em 31 de dezembro 2014										
Saldo inicial	539	4.470	2.817	701	225	68		40.801	21.228	70.849
Aquisições	34	4.284	3.788	1.558		451	359	92.940	69.900	173.314
Aquisições oriundas das combinações de negócios		136								136
Amortização		(980)	(1.182)	(208)	(28)	(86)				(2.484)
Saldo contábil, líquido	573	7.910	5.423	2.051	197	433	359	133.741	91.128	241.815
Em 31 de dezembro 2014										
Custo	573	16.825	8.417	2.961	1.025	623	359	133.741	91.128	255.652
Amortização acumulada		(8.915)	(2.994)	(910)	(828)	(190)				(13.837)
Saldo contábil, líquido	573	7.910	5.423	2.051	197	433	359	133.741	91.128	241.815
Em 31 de março de 2015										
Saldo inicial	573	7.910	5.423	2.051	197	433	359	133.741	91.128	241.815
Aquisições		1.510	717	211		79	2	60.410	111.600	174.529
Aquisições oriundas das combinações de negócios		751								751
Amortização acumulada oriunda das combinações de negócios		(13)								(13)
Amortização		(662)	(656)	21		(24)		(424)		(1.745)
Saldo contábil, líquido	573	9.496	5.484	2.283	197	488	361	193.727	202.728	415.337
Em 31 de março de 2015										
Custo	573	19.073	9.134	3.172	1.025	702	361	194.151	202.728	430.919
Amortização acumulada		(9.577)	(3.650)	(889)	(828)	(214)		(424)		(15.582)
Saldo contábil, líquido	573	9.496	5.484	2.283	197	488	361	193.727	202.728	415.337
Taxas anuais médias de amortização %		20	33	25	25	20	20			

Notas Explicativas

(c) *Goodwill*

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o *goodwill* apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
CETEBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	4.140	4.140
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	8.405	8.405
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	4.362	4.362
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	5.125	5.125
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda - SESPS	1.043	1.043
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	959	959
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	8.662	8.439
CIESPI - Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda.	5.360	5.583
Nassau Escola de Aviação Civil Ltda.	120	120
Faculdade Decisão - FADE	1.028	1.080
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	573	1.121
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda	2.232	2.232
União de Ensino Superior do Pará – UNESPA	84.519	82.252
Instituto Santareno de Educação Superior – ISES	5.337	6.088
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda.	58.194	
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda	3.668	2.792
	193.727	133.741

O *goodwill* apurado nas aquisições em investimentos possui vida útil indefinida, consequentemente é efetuado anualmente o teste de recuperação destes ativos. Vide item (e) desta nota explicativa.

Notas Explicativas

(d) Intangíveis identificados em aquisições

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os intangíveis identificados apurados nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	31 de março de 2015				31 de dezembro de 2014			
	Licenças de cursos (i)	Marcas (i)	Carteira de Clientes	Total	Licenças de cursos (i)	Marcas (i)	Carteira de Clientes	Total
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda	667			667	667			667
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	1.261			1.261	1.261			1.261
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	4.404	508		4.912	4.404	508		4.912
CIESPI - Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda	5.996	692		6.688	5.996	692		6.688
Faculdade Decisão - FADE	2.300			2.300	2.200	100		2.300
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	2.400	100		2.500	2.400	100		2.500
Faculdades COC de Maceió - FACOCMA	3.000			3.000	3.000			3.000
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda	2.700	400		3.100	2.700	400		3.100
União de Ensino Superior do Pará – UNESPA	45.500	12.100	800	58.400	45.500	12.100	800	58.400
Instituto Santareno de Educação Superior – ISES	7.600	700		8.300	7.600	700		8.300
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda.	89.000	17.400	5.200	111.600				
	164.828	31.900	6.000	202.728	75.728	14.600	800	91.128

(i) As licenças de cursos e marcas adquiridas através de combinação de negócios foram registradas inicialmente pelo seu valor justo. Esses ativos intangíveis identificados em aquisições possuem vida útil indefinida e estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade.

(e) Perda (*impairment*) do *goodwill* e intangíveis com vida útil indefinida

O goodwill e intangíveis identificados com vida útil indefinida são alocados às unidades geradoras de caixa (UGC), identificadas de acordo com as respectivas unidades que se beneficiam da transação e que não geram benefícios econômicos para o Grupo.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos, usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atua.

O teste de recuperação dos ativos foi efetuado em 31 de dezembro de 2014. Para o trimestre findo em 31 de março de 2015 não houve nenhum fator que indicasse a necessidade de reexecução do teste para esse trimestre.

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Imobilizado

(a) Composição do saldo – Controladora

	Computador	Edificações e benfeitorias	Propriedades em Arrendamentos Mercantis	Equipamentos e instalações	Veículos e Aeronaves	Móveis e utensílios	Livros	Terrenos	Total em operações	Obras em andamento	Imobilizado total
Em 31 de dezembro 2014											
Saldo inicial	6.501	61.010	134.350	11.774	6.362	6.798	10.085	3.797	240.677	16.206	256.883
Aquisições	6.574	37.886		7.578	25.721	3.597	5.684		87.040	31.395	118.435
Alienação					(5.638)				(5.638)		(5.638)
Reclassificação		24.392							24.392	(24.392)	
Depreciação	(1.719)	(2.362)	(7.361)	(2.151)	(670)	(909)	(1.495)		(16.667)		(16.667)
Saldo contábil, líquido	11.356	120.926	126.989	17.201	25.775	9.486	14.274	3.797	329.804	23.209	353.013
Em 31 de dezembro 2014											
Custo	15.571	135.124	149.668	23.184	26.145	12.154	21.872	3.797	387.515	23.209	410.724
Depreciação acumulada	(4.215)	(14.198)	(22.679)	(5.983)	(370)	(2.668)	(7.598)		(57.711)		(57.711)
Saldo contábil, líquido	11.356	120.926	126.989	17.201	25.775	9.486	14.274	3.797	329.804	23.209	353.013
Em 31 de março de 2015											
Saldo inicial	11.356	120.926	126.989	17.201	25.775	9.486	14.274	3.797	329.804	23.209	353.013
Aquisições	1.759	2.165		2.324		1.273	1.133		8.654	3.000	11.654
Depreciação	(881)	(1.116)	(1.840)	(532)	(361)	(371)	(644)		(5.745)		(5.745)
Saldo contábil, líquido	12.234	121.975	125.149	18.993	25.414	10.388	14.763	3.797	332.713	26.209	358.922
Em 31 de março de 2015											
Custo	17.330	137.289	149.668	25.508	26.145	13.427	23.005	3.797	396.169	26.209	422.378
Depreciação acumulada	(5.096)	(15.314)	(24.519)	(6.515)	(731)	(3.039)	(8.242)		(63.456)		(63.456)
Saldo contábil, líquido	12.234	121.975	125.149	18.993	25.414	10.388	14.763	3.797	332.713	26.209	358.922
Taxas anuais médias de depreciação %	20	4	4,3	10	6,9	10	20				

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Composição do saldo – Consolidado

	Computador	Edificações e benfeitorias	Propriedades em Arrendamentos Mercantis	Equipamentos e instalações	Veículos e Aeronaves	Móveis e utensílios	Livros	Terrenos	Total em operações	Obras em andamento	Imobilizado total
Em 31 de dezembro 2014											
Saldo inicial	10.771	76.573	141.010	22.958	6.483	11.718	15.842	3.837	289.192	26.325	315.517
Aquisições	9.000	47.491	62.824	16.037	25.898	6.440	12.563		180.253	44.718	224.971
Alienação					(5.638)				(5.638)		(5.638)
Aquisições oriundas das combinações de negócios	394	3.912		4.292	149	651	3.678		13.076		13.076
Reclassificação		46.516							46.516	(46.516)	
Depreciação	(2.844)	(3.151)	(7.804)	(3.811)	(694)	(1.450)	(2.385)		(22.139)		(22.139)
Saldo contábil, líquido	17.321	171.341	196.030	39.476	26.198	17.359	29.698	3.837	501.260	24.527	525.787
Em 31 de dezembro 2014											
Custo	35.276	194.688	221.331	63.625	27.250	27.658	52.385	3.837	626.050	24.527	650.577
Depreciação acumulada	(17.955)	(23.347)	(25.301)	(24.149)	(1.052)	(10.299)	(22.687)		(124.790)		(124.790)
Saldo contábil, líquido	17.321	171.341	196.030	39.476	26.198	17.359	29.698	3.837	501.260	24.527	525.787
Em 31 de março de 2015											
Saldo inicial	17.321	171.341	196.030	39.476	26.198	17.359	29.698	3.837	501.260	24.527	525.787
Aquisições	4.290	10.288	37.009	6.392		3.443	1.443		62.865	5.223	68.088
Aquisições oriundas das combinações de negócios	944			9.178		883	2.870		13.875		13.875
Depreciação acumulada oriunda da combinações de negócios	(16)			(84)		(7)	(24)		(131)		(131)
Depreciação	(1.935)	(1.880)	(3.226)	(1.755)	(426)	(838)	(1.080)	-	(11.140)		(11.140)
Saldo contábil, líquido	20.604	179.749	229.813	53.207	25.772	20.840	32.907	3.837	566.729	29.750	596.479
Em 31 de março de 2015											
Custo	40.510	204.976	258.340	79.195	27.250	31.984	56.698	3.837	702.790	29.750	732.540
Depreciação acumulada	(19.906)	(25.227)	(28.527)	(25.988)	(1.478)	(11.144)	(23.791)		(136.061)		(136.061)
Saldo contábil, líquido	20.604	179.749	229.813	53.207	25.772	20.840	32.907	3.837	566.729	29.750	596.479
Taxas anuais médias de depreciação %	20	4	4,3	10	7,5	10	20				

(c) Outras informações

(c.i) Propriedades em arrendamentos mercantis

A Companhia, e o Grupo, possui contratos de aluguéis, os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado em contrapartida de passivo.

		31 de março de 2015			31 de dezembro de 2014
Tipo	Prazo de amortização	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Edifícios - Controladora	de 20 a 25 anos	149.668	(24.519)	125.149	126.989
Edifícios - Consolidado	de 20 a 25 anos	258.340	(28.527)	229.813	196.030

(c.ii) Garantia de bens

A Companhia possui contratos de empréstimos (*leasings e finames*) o qual aliena fiduciariamente os bens adquiridos. Os bens alienados referem-se a veículos, aeronave, máquinas e equipamentos e equipamentos de informática. Em 31 março de 2015, a Controladora possuía R$ 23.015 alienados fiduciariamente (2014 - R$ 19.754), e o Consolidado possuía R$ 33.830 alienados fiduciariamente (2014 - R$ 26.918).

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Fornecedores nacionais	10.824	10.561	18.737	17.227
Prestadores de serviços nacionais	45	38	194	87
	10.869	10.599	18.931	17.314

13 Compromissos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Contas a pagar por aquisições de imóveis (a)	8.348	10.530	8.348	10.530
Contas a pagar por aquisição de investimentos (b)	7.027	7.298	161.169	55.242
	15.375	17.828	169.517	65.772
(-) Circulante	(13.322)	(14.876)	(70.038)	(52.820)
Não circulante	2.053	2.952	99.479	12.952

(a) Decorrente da aquisição de terreno localizado na cidade de São Luis, no estado do Maranhão, aquisição de imóvel localizado na cidade de Fortaleza e aquisição de imóvel na cidade de Recife, no qual serão desenvolvidos novas unidades de ensino.

(b) Compromissos decorrentes da aquisição das Unidades do Piauí, no montante de R$ 3.379 (2014 - R$ 3.379), da aquisição da Faculdade Decisão (FADE) no montante de R$1.446 (2014 - R$ 1.717), da aquisição da Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata no montante de R$ 1.185 (2014 – R$ 1.185), e da aquisção da Faculdade Santa Emília no montante de R$ 1.017 (2014 – R$ 1.017). Adicionalmente, no consolidado, o Grupo possui o compromisso a pagar da aquisição da Universidade da Amazônia e Faculdade Integradas do Tapajós, no montante de R$ 44.831 (2014 – R$ 47.944), e um compromisso a pagar da aquisição da Universidade de Guarulhos, no montante de R$ 109.311 (vide detalhamento da aquisição na nota 26 (c)).

14 Empréstimos e financiamentos

		Controladora		Consolidado	
Modalidade	Encargos financeiros	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Capital de Giro (1)	CDI + 2,5% a.a.	86.423	87.189	87.482	89.151
Finame (2)	TJLP + 3,18% a 4,50% a.a.	20.163	5.750	21.017	6.683
Leasing (2)	0,90% a 1,73% a.m.	7.606	7.205	13.989	12.103
		114.192	100.144	122.488	107.937
(-) Circulante		(30.671)	(28.445)	(35.066)	(33.264)
Não circulante		83.521	71.699	87.422	74.673

(1) Garantidos com títulos em cobrança.

(2) Garantidos por alienação fiduciária do bem e/ou nota promissória. Referem-se principalmente a *leasing* de equipamentos de informática, veículos, televisores, condicionadores de ar, entre outros.

Não há valores de empréstimos e financiamentos mantidos em moeda estrangeira.

A Companhia possui empréstimos o qual requerem a manutenção de índices financeiros "covenants". Os "covenants" são calculados sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que é garantidora da emissão, relativas aos períodos 31 de dezembro de cada exercício social e são exigidos a partir de 2013 até data do vencimento final. Os índices financeiros são:

- Resultado do quociente da divisão da dívida líquida pelo "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado. O valor resultante não deve ser superior a 2.

No período de 3 meses findo em 31 de março de 2015, assim como no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 os "covenants" relativos aos contratos de empréstimo foram observados e não apresentaram valores superiores aos limites impostos.

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
2015				
2016	24.816	30.283	26.737	32.314
2017	22.113	19.273	23.879	20.183
2018	16.881	14.559	17.075	14.594
2019	9.738	6.759	9.738	6.757
A partir de 2020	9.973	825	9.993	825
	83.521	71.699	87.422	74.673

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos não circulantes são os seguintes:

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Empréstimos bancários	87.422	74.673	87.422	74.673
	87.422	74.673	87.422	74.673

O valor justo dos empréstimos classificados no circulante é próximo ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de acordo com os contratos efetuados.

15 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Salários a pagar	15.028	12.762	27.424	20.905
Provisão para férias e encargos	13.214	12.978	36.983	25.776
Encargos sociais	4.314	3.467	11.916	8.295
Outros	94	94	350	294
	32.650	29.301	76.673	55.270

16 Obrigações de arrendamento mercantil

A Companhia e o Grupo possuem contratos de aluguéis os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado e nas obrigações de arrendamento mercantil, conforme Nota 11.

O prazo dos contratos são de dez anos, podendo ser renovados em condições a serem negociadas ao final do período. Os contratos possuem pagamentos mensais e fixos sendo atualizados anualmente pelo índice INCC, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

Os contratos foram considerados, no julgamento da Companhia, como arrendamento mercantil financeiro essencialmente pelo prazo dos contratos de aluguel representarem a maior parte da vida econômica dos ativos ou pelo valor justo das edificações serem inferiores ao valor presente dos pagamentos mínimos de aluguel.

Os contratos foram calculados a valor presente equivalentes a taxa de captação de transação com risco e natureza similar.

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

Controladora	31 de março de 2015			31 de dezembro de 2014
Vencimentos	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos
Circulante:				
2015	16.820	(14.530)	2.290	3.011
2016	5.607	(4.800)	807	
	22.427	(19.330)	3.097	3.011
Não circulante				
2016	16.819	(14.258)	2.561	3.368
2017	22.426	(18.655)	3.771	3.771
2018	22.426	(18.202)	4.224	4.224
2019	22.426	(17.690)	4.736	4.736
2020 em diante	272.894	(141.482)	131.412	131.412
	356.991	(210.287)	146.704	147.511
	379.418	(229.617)	149.801	150.522

Consolidado	31 de março de 2015			31 de dezembro de 2014
Vencimentos	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos
Circulante:				
2015	29.249	(26.084)	3.165	3.816
2016	9.750	(8.630)	1.120	
	38.999	(34.714)	4.285	3.816
Não circulante				
2016	29.249	(25.679)	3.570	4.296
2017	38.998	(33.704)	5.294	4.840
2018	38.998	(33.017)	5.981	5.457
2019	38.998	(32.237)	6.761	6.157
2020 em diante	512.390	(280.893)	231.497	196.781
	658.633	(405.530)	253.103	217.531
	697.632	(440.244)	257.388	221.347

17 Capital social e reservas

(a) Capital social

O capital social é dividido em 125.213.244 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalizando em 31 de março de 2015 o valor de R$ 377.048.

(b) Ações em tesouraria

Em 12 de janeiro de 2015, foi aprovada a aquisição de até 3.752.237 (três milhões, setecentas e cinquenta e duas mil, duzentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de Emissão da Companhia, para manutenção, cancelamento em tesouraria ou recolocação no mercado, sem redução do capital social, dentro do prazo de 365 dias a partir de 12 de janeiro de 2015, com encerramento em 11 de janeiro de 2016, na forma de programa de recompra.

Até 31 de março de 2015, foram adquiridas 349.300 ações no valor total de R$ 6.217, tendo sido deduzido do patrimônio líquido em "Ações em tesouraria". O custo médio ponderado destas ações adquiridas no exercício, foi R$ 17,79.

(c) Reserva de capital

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuía saldo registrado como reserva de capital. Em 18 de dezembro de 2014, foi autorizado o aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização da reseva de capital, no montante de R$ 276.297 decorrente de ágio na subscrição das ações.

(d) Reserva de incentivos fiscais

Em 31 de março de 2015 a Companhia possuía R$ 40.657 (R$ 34.324 em 31 de dezembro de 2014) relativo a reserva de incentivos fiscais. Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei no 11.638, de 2008). Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Devido à adesão ao Prouni, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do período, reduzindo as despesas dos referidos tributos. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante dos incentivos fiscais é destinado, após transitar pelo resultado, para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esta reserva de lucro somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Ademais, tais valores não poderão ser distribuídos aos acionistas, mediante restituição ou redução do capital, por até cinco anos após a data em que ocorrer referida capitalização.

(e) Reserva legal

Em 31 de março de 2015 a Companhia possuía R$ 20.125 (R$ 16.010 em 31 de dezembro de 2014) de reserva legal. A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(f) Retenção de lucros

Em 31 de março de 2015 a Companhia possuía R$ 199.856 (R$ 199.856 em 31 de dezembro de 2014) de retenção de lucros. A retenção de lucros representa a parcela destinada do lucro, destinada para conta de Reserva de Retenção de Lucros para futuro investimento de capital e o que é objeto na deliberação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

(g) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de março de 2015 a Companhia não possuía valores (R$ 586 em 31 de dezembro de 2014) de ajuste de avaliação patrimonial. Os saldos e movimentações dos trimestres findos em 31 março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 referem-se ao custo atribuído aos bens do ativo imobilizado realizados na adoção inicial ao IFRS, conforme Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.

(h) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme os termos da Lei das Sociedades por Ações.

A administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de agosto de 2014, a distribuição intercalar de dividendos no montante de R$ 18.155, e em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de dezembro de 2014, a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), no montante de R$ 7.419, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

Cálculo dos juros sobre capital próprio:

Descrição	Reunião em 31.10.2014	Reunião em 18.12.2014
Patrimônio líquido em	30/06/2014	30/09/2014
Base Patrimônio Líquido	559.734	592.146
(-) Ajuste de avaliação patrimonial	1.669	1.128
Patrimônio líquido ajustado para o calculo da JCP	561.403	593.274
Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP	1,25%	1,25%
Juros sobre capital próprio bruto	7.019	7.419
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(1.052)	(1.112)
Juros sobre capital próprio líquido	5.967	6.307
Juros sobre capital próprio bruto por ação		
Ações ordinárias - ON	0,0561	0,0593

18 Receita líquida dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de março de 2014	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Receita com prestação de serviços				
Mensalidade de graduação	98.989	84.459	292.663	157.307
Mensalidade de pós graduação	745	791	5.315	3.509
Mensalidade de ensino técnico	15.378	16.161	19.117	17.178
Mensalidade de EAD	2.221		2.221	
Outras receitas	1.862	2.410	3.990	3.467
	119.195	103.821	323.306	181.461
Impostos, descontos e abatimentos sobre serviços				
Descontos, bolsas e abatimentos (a)	(12.330)	(9.618)	(42.306)	(19.195)
Impostos incidentes sobre serviços	(5.502)	(4.792)	(11.502)	(7.736)
	(17.832)	(14.410)	(53.808)	(26.931)
	101.363	89.411	269.498	154.530

(a) Os descontos, bolsas e abatimentos, em de 31 de março de 2015, incluem o montante de R$ 4.914 em descontos de FGEDUC(R$3.402 – 31 de março de 2014)

19 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de março de 2014	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Pessoal e encargos	21.829	18.250	74.973	36.311
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	955	563	1.662	1.036
Energia elétrica, água e telefone	1.621	1.293	4.417	2.826
Depreciação e amortização	3.412	1.005	7.270	1.201
Aluguéis	9.433	7.945	14.239	11.108
Outros	296	391	450	646
	37.546	29.447	103.011	53.128

20 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de março de 2014	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Pessoal e encargos sociais	16.844	11.727	33.292	16.380
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	3.948	3.708	6.238	5.049
Publicidade e propaganda	5.584	3.261	12.197	7.757
Provisão e perda efetiva para crédito de liquidação duvidosa	1.829	2.596	4.595	4.843
Depreciação e amortização	3.192	3.036	5.056	3.440
Materiais de expediente	1.814	844	3.503	1.323
Tributos	462	432	743	574
Outros	2.563	1.536	4.544	2.057
	36.236	27.140	70.168	41.423

21 Receita e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de março de 2014	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Despesas financeiras				
Despesas de juros	(3.644)	(2.869)	(4.013)	(2.975)
Juros de arrendamentos mercantis	(4.885)	(4.954)	(8.157)	(5.242)
Descontos concedidos	(194)	(332)	(756)	(541)
Outros	(166)	(119)	(3.873)	(255)
	(8.889)	(8.274)	(16.799)	(9.013)
Receitas financeiras				
Juros sobre mensalidades e acordos	2.164	2.557	5.912	4.691
Rendimentos de aplicações financeiras	1.069	7.524	1.647	7.522
Descontos Obtidos	90		487	
Ajuste a valor presente	143		187	
Outros	74	231	241	413
	3.540	10.312	8.474	12.626
Despesa financeira, líquida	(5.349)	2.038	(8.325)	3.613

22 Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas. A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de março de 2014	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	84.501	60.163	84.577	61.370
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	28.730	20.455	28.756	20.866
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Ajustes da Lei 11.638/2007	547	1.718	770	1.741
Equivalência patrimonial	(21.287)	(8.969)		
Despesas não dedutíveis		932	157	2.281
Juros sobre capital próprio		0		
Compensação de prejuízo fiscal				
	7.990	14.136	29.683	24.888
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI	(6.333)	(12.679)	(26.888)	(21.771)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	1.657	1.457	2.795	3.117
Alíquota efetiva - %	1,96%	2,42%	3,30%	5,08%

(i) Conciliação consolidada da despesa do imposto de renda e da contribuição social para as empresas regidas pelo Lucro Presumido

	Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Receita bruta de vendas	2.841	2.071
Presunção 32% - Imposto de renda	909	663
Presunção 32% - Contribuição Social	909	663
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.371	679
Imposto de renda - Presumido	227	166
Contribuição Social- Presumido	82	60
Imposto de renda e contribuição social	309	226
Alíquota efetiva - %	22,54%	33,28%

Parte das operações de ensino superior de pós graduação, ensino profissionalizante são realizadas pelo regime do lucros presumido das investidas da Companhia.

(ii) Conciliação consolidada da despesa do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de março de 2014	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Imposto de renda e Contribuição Social do período corrente - Empresas optantes pelo regime de lucro real	1.657	1.457	2.795	3.117
Imposto de renda e Contribuição Social do período corrente - Empresas optantes pelo regime de lucro presumido			309	226
	1.657	1.457	3.104	3.343
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	84.501	60.163	85.948	62.049
Alíquota efetiva - %	1,96%	2,42%	3,61%	5,39%

Lei 12.973

A Medida Provisória nº 627 publicada em 11 de novembro de 2013 foi convertida na Lei nº 12.973 em 13 de maio de 2014, a qual, dentre outros aspectos, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) e trouxe outras providências, dentre as quais destacamos: (i) alterações na legislação tributária federal relativa ao IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e à COFINS; (ii) tratamento específico sobre distribuição de lucros ou dividendos; (iii) disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (iv) considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta lei, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida lei para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

23 Partes relacionadas

(a) Mútuos entre controladas e partes relacionadas

	Controladora	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativo		
Mútuo entre controladas		
CETEBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	1.477	579
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	4.729	1.008
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	1.042	438
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	33.818	
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	3.929	1.085
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	650	236
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe - SESPS	4.192	452
Instituto Campinense de Ensino Superior		895
Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau		2
Instituto Santareno de Educação Superior – ISES	230	230
União de Ensino Superior do Pará – UNESPA	241	164
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	1.201	2.116
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda	794	
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda	32	273
	52.335	7.478
Passivo		
Mútuo entre controladas		
Educred Administ. de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	889	889
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.		3.159
CETEBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.		1.487
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	11.665	13.264
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	4.308	
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda		602
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI	5.739	5.069
FMN Clinica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	90	90
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	660	1.317
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	619	190
	23.970	26.067

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores estatutários da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de março de 2014	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Remuneração total do pessoal-chave da administração	1.194	1.145	1.194	1.145

(c) Outras transações

	Controladora					
	31 de março de 2015	31 de março de 2015	31 de março de 2015	31 de março de 2014	31 de março de 2014	31 de março de 2014
	Pagamentos	Despesa	(Ativo) / Passivo	Pagamentos	Despesa	(Ativo) / Passivo
Aluguéis - JJ Participações (i)	12.010	6.498	152.535	10.647	5.691	153.995
Ações sociais (iii)	145	290				
Publicidade e propaganda (iv)	142	103		90	90	
	12.297	6.891	152.535	10.737	5.781	153.995

	Consolidado					
	31 de março de 2015	31 de março de 2015	31 de março de 2015	31 de março de 2014	31 de março de 2014	31 de março de 2014
	Pagamentos	Despesa	(Ativo) / Passivo	Pagamentos	Despesa	(Ativo) / Passivo
Aluguéis - JJ Participações (i)	12.010	6.498	152.535	10.647	5.691	153.995
Construção de edificações (ii)				249		
Ações sociais (iii)	145	290		46	46	
Publicidade e propaganda (iv)	142	103		90	90	
	12.297	6.891	152.535	11.031	5.827	153.995

(i) A Companhia firmou Contrato de Locação de Imóveis Comerciais com a empresa JJ Participações e Projetos Ltda, empresa pertencente ao acionista José Janguiê Bezerra Diniz. Os imóveis estão localizados nas cidades de Recife, Fortaleza, Campina Grande, Caruaru, João Pessoa e Maceió. Os contratos foram firmados pelo prazo de dez anos, podendo ser renovados em condições a serem negociadas ao final do período. Os contratos estão registrados de acordo com o CPC 06 – Operação de Arrendamento Mercantil.

(ii) A Companhia firmou contratos de construção e reformas das unidades de Recife, Maceió, João Pessoa e Salvador com a empresa Indústria e Construções Vão Livre S.A., empresa pertencente a membros da família do acionista José Janguiê Bezerra Diniz. Os dispêndios efetuados no contrato estão registrados no imobilizado da Companhia.

(iii) A Companhia sustenta o Instituto Ser Educacional, uma instituição sem fins lucrativos, com o intuito de realizar ações de responsabilidade social. Além disso, a Companhia efetua doações de recursos esporádicos para o desenvolvimento de atividades de apoio prestadas nas áreas de pesquisa, extensão e artes, pesquisas de mercado, bolsas de pesquisa, ações integração comunitária, além de outras atividades. Os dispêndios efetuados estão registrados nas despesas da Companhia.

(iv) A Companhia firmou contratos com a empresa Sistema de Comunicação Leia Já, empresa pertencente a membros da família do acionista José Janguiê Bezerra Diniz. As transações com esta empresa envolvem a prestação de serviços de publicidade e propaganda. Os dispêndios efetuados estão registrados nas despesas da Companhia.

24 Provisão para contingência

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Cível	215	1.350	5.228	5.167
Trabalhista	1.379	399	3.444	3.085
	1.594	**1.749**	**8.672**	**8.252**
Contingências indenizatórias			112.015	112.015
	1.594	**1.749**	**120.687**	**120.267**

(a) Cível

A Companhia, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A administração mantém provisão no montante de R$ 215 (2014 - R$ 1.350). A administração mantém provisão no montante de R$ 5.228 para o Grupo (2014 -R$ 5.167). As principais ações classificadas como perda provável possuem natureza de indenização por danos morais e materiais e inexistência de débitos perante as instituições da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de março de 2015 é de R$ 2.044 (2014 - R$ 1.070), para as quais não há provisão constituída. A Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificados com risco de perda possível para o Grupo, cujo valor em 31 de março de 2015 é de R$ 10.332 (2014 - R$ 8.317), para os quais não há provisão constituída.

Dentre as principais ações não provisionadas, podemos destacar:

(i) 0003254.33.2013.814.0301 – Trata-se de ação anulatória de distrato cumulado com lucros cessantes e dano moral. A ação em comento discute distrato que teria sido supostamente assinado por coação. A questão gira em torno de contrato de captação de alunos para graduação no Município de Capanema, mas que, durante a captação a UNAMA perdeu o credenciamento, e em virtude disso o autor alega que houve prejuízo, mesmo após ter assinado o distrato. O processo ainda aguarda julgamento. A classificação de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é provável e o valor possível é de R$ 1.859.

(ii) 0035620-18.2006.8.17.0001 - Trata-se de ação civil pública visando a modificar a forma de pagamento da mensalidade em virtude do número de disciplina cursadas. A questão em apreço gira em torno do fato da sociedade cobrar a mensalidade dos seus clientes (alunos) pelo serviço ofertado, o que gerou irresignação frente aos consumidores que entendem que devem pagar a mensalidade por disciplina cursada, e não pelo valor total como se tivessem cursando todas as disciplinas daquele semestre. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é possível e o valor estimado em R$ 300.

(b) Trabalhista

A Companhia, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A administração mantém provisão no montante de R$ 1.379 (2014 -R$ 399). A administração mantém provisão no montante de R$ 3.444 para o Grupo (2014 -R$ 3.085).

Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 março de 2015 é de R$ 2.390 (2014 -R$ 2.222), para as quais não há provisão constituída. A Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificados com risco de perda possível para o Grupo, cujo valor em 31 de março de 2015 é de R$ 5.041 (2014 - R$ 4.057), para os quais não há provisão constituída.

Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, cujas principais alegações são objetos das causas: horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias.

(c) Tributário

Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza tributária e, para suportar prováveis perdas com essas causas, a administração não mantém provisão, pois não há, nesta mesma data processo com perda provável.

Da mesma forma os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza tributária, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de março de 2015 é de R$ 2.496. No grupo, a opção é de R$123.859 (2014 – R$ 122.530)

Dentre as principais ações e tributárias não provisionadas, podemos destacar:

(i) 0019270-28.2014.8.14.0301 - Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pelo Município de Belém referente a cobrança de ISS devido suposta perda da isenção tributária da UNESPA. A questão gira em torno da isenção da tributação pelo ISS através de autorização conferida à UNESPA pelo poder público municipal através de Decreto Municipal, posteriormente retiraram a isenção, lançando o crédito tributário relativo aos 5 últimos anos, o que gerou a presente ação. Antes do ajuizamento da ação a UNESPA ajuizou ação anulatória, tombada sob o nº 0057879-84.2009.8.14.0301 para anular os autos de infração que ao fim autorizou o ajuizamento da Execução Fiscal ora em comento. No presente momento ainda não iniciou-se o prazo para a defesa (embargos à execução) uma vez que estão aguardando a aceitação do bem ofertado a penhora pela UNESPA. A classificação de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R$ 103.000.

(ii) 280/2014 - Trata-se de Procedimento Administrativo iniciado pelo Município de Santarém referente a cobrança de ISS referente a suposta perda da isenção tributária da ISES. A questão gira em torna da isenção da tributação pelo ISS através de autorização conferida à ISES pelo poder público municipal através de Decreto Municipal, posteriormente retiraram a isenção, lançando o crédito tributário relativo aos 5 últimos anos, o que gerou o presente processo. A questão foi impugnada na via administrativa. A classificação de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R$ 4.254.

(iii) 10480.727015/2011-88 - Trata-se de processo administrativo onde a douta fiscalização aponta infração à legislação tributária caracterizada por divergências entre as informações prestadas na contribuição do Imposto de Renda Retido na Fonte dos anos calendários de 2008, 2009 e 2010. A classificação de risco de perda atribuída pelo

assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R$ 2.496.

(iv) 0020993-62.2013.8.17.0001 - Trata-se de ação anulatória contra o Município do Recife, por ilegalidade da notificação fiscal em desfavor da empresa autora, tendo sido concedida a liminar, ante ao depósito integral, para suspender a exigibilidade do crédito tributário, estando ainda pendente de julgamento. A questão em apreço se refere ao fato da sociedade ser beneficiária dos programas educacionais do governo federal, especificamente o PROUNI, o que acarreta em não geração de receita para a sociedade, consequentemente não deve haver tributação, contudo o Município do Recife entende que a receita é o valor do benefício fiscal concedido à IES em razão do PROUNI, desconsiderando a legislação, majorando indevidamente a base de cálculo do imposto. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é remota e o valor possível é de R$ 305.

(d) Contingências indenizatórias oriundas de combinação de negócios

Dentre as principais ações trabalhistas provisionadas, podemos destacar um passivo contingente indenizatório no valor de R$ 3.249 reconhecido referente às exposições trabalhistas do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.-CESPI, da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda, oriundo de combinação de negócios ocorrida em 2013.

Dentre as principais ações provisionadas, podemos destacar um passivo contingente no valor de R$ 108.766 reconhecido referente às exposições trabalhistas da União de Ensino Superior do Pará – UNESPA e do Instituto Santareno de Ensino Superior - ISES, oriundo de combinação de negócios ocorrida em 2014.

Os acionistas vendedores concordaram contratualmente indenizar a Ser Educacional pelo montante que pode tornar-se devido no que diz respeito às ações acima mencionadas. Para garantir esse montante foram fixados contratualmente retenção de parte dos valores de compra e venda, descontos em aluguéis futuros das unidades e hipotecas de imóveis em favor da Companhia. Um ativo de indenização, equivalente ao valor justo do passivo indenizado, foi reconhecido pela Companhia.

25 Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Lucro atribuível aos acionistas da Controladora	82.844	58.706
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	125.038	125.213
Lucro básico e diluído por ação - R$	0,66	0,47

26 Combinação de negócios

(a) FASE

Em 21 de julho de 2014, conforme comunicado ao mercado divulgado em mesma data, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda para aquisição de 100% (cem por cento) das quotas emitidas pela sociedade Centro Educacional e Desportivo Fase Ltda. "FASE", entidade mantenedora da instituição FASE - FACULDADE SANTA EMÍLIA, localizada na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco. O valor total da aquisição é de R$9,7 milhões de reais. Este montante resulta do valor atribuído aos negócios (valor da firma), do qual serão deduzidos as dívidas líquidas e ainda um valor a ser retido como garantia a eventuais contingências por um prazo de 5 (cinco) anos.

A instituição adquirida agrega cerca de 1.500 alunos à base do Grupo ,9 (nove) diferentes cursos, destacando-se os cursos de Bacharelado em Administração, Sistemas de Informação, Logística, dentre outros.

A tabela, a seguir, resume a contraprestação, paga ou a pagar, para aos antigos proprietários da FASE e os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda
Total da contraprestação	4.719
Caixa e equivalentes de caixa	35
Clientes	1.552
Outros ativos	186
Partes relacionadas	1.121
Imobilizado	2.636
Intangível identificado - Marca	400
Intangível identificado - Licenças	2.700
Fornecedores	(406)
Emprestimos e financiamentos	(147)
Partes relacionadas	(1.438)
Obrigações trabalhistas	(3.266)
Obrigações tributárias	(1.246)
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	2.127
Goodwill	2.592
	4.719

A estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, efetuada pela administração com suporte de seus consultores independentes, considerou as seguintes metodologias:

a) **Licenças de Operação:** as Licenças de Operação estão associados com os Cursos Credenciados e Mantenças credenciadas. Estes são interdependentes e, portanto, satisfazem o critério de separabilidade sob o CPC 04 quando considerados em conjunto. A avaliação do intangível de Licenças de Operação foi feita através da metodologia de Abordagem de Renda e Método "With or Without Method" ("WOWM"). O princípio base do WOWM é avaliar os seguintes cenários: 1º Avaliação do fluxo de caixa de gerado com as licenças adquiridas; 2º Avaliação do fluxo de caixa gerado sem as licenças adquiridas.

b) **Marcas:** A abordagem de Renda, mais especificamente o "Relief-from-Royalty

Method", foi utilizada para derivar o valor justo da Marca.

Como trata-se de uma avaliação preliminar, os saldos ainda podem sofrer alterações não significativas em sua alocação dentro do período de mensuração, principalmente nos componentes de contas a receber, imobilizado, tributos a recolher, contingências indenizatórias e provisão para contingências.

Durante o primeiro trimestre de 2015 a razão social da FASE foi modificada para Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda..

(b) Universidade da Amazônia e Faculdades Integradas do Tapajós

Em 23 de dezembro de 2013, conforme fato relevante divulgada em mesma data, a Companhia celebrou memorando de entendimentos com o propósito de negociar, com exclusividade, a aquisição pela Companhia da totalidade das quotas representativas do capital social da: União de Ensino Superior do Pará - UNESPA, mantenedora da UNAMA - UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, com sede em Belém-PA, e do Instituto Santareno de Ensino Superior - ISES ("Sociedades"), mantenedor da FIT - Faculdades Integradas do Tapajós, com sede em Santarém-PA, sujeito à realização de auditoria e cumprimento de determinadas condições precedentes normais nesse tipo de transação cujo prazo de exclusividade continua em vigor. O valor total da aquisição das quotas é de aproximadamente R$ 151.200.

Em 02 de julho de 2014, O Grupo através da sua subsidiária, ICES – Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda, efetuou um adiantamento para investimento no montante de R$ 24.000 referente à aquisição da totalidade do capital social das sociedades (i) União de Ensino Superior do Pará – UNESPA, mantenedora da Universidade da Amazônia – UNAMA, sediada em Belém-PA; e (ii) Instituto Santareno de Educação Superior – ISES, mantenedor das Faculdades Integradas do Tapajós - FIT, sediado em Santarém-PA; e (b) os direitos de associado (i) na Associação de Educação Superior do Médio Amazonas – AESMA; e (ii) na Fundação Instituto para Desenvolvimento da Amazônia – FIDESA.

Em 24 de outubro de 2014, O Grupo através da sua subsidiária, ICES – Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda, concluiu a aquisição, através da assinatura do termo de encerramento, da totalidade do capital social das sociedades (i) União de Ensino Superior do Pará – UNESPA, mantenedora da Universidade da Amazônia – UNAMA, sediada em Belém-PA; e (ii) Instituto Santareno de Educação Superior – ISES, mantenedor das Faculdades Integradas do Tapajós - FIT, sediado em Santarém-PA; e (b) recebeu os direitos de associado (i) na Associação de Educação Superior do Médio Amazonas – AESMA; e (ii) na Fundação Instituto para Desenvolvimento da Amazônia – FIDESA. Em 28 de outubro de 2014, o Grupo assumiu a gestão das empresas e dos direitos de associado adquiridos.

A tabela, a seguir, resume a contraprestação, paga ou a pagar, para aos antigos proprietários da UNAMA e FIT e os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	União de Ensino Superior do Pará – UNESPA	Instituto Santareno de Educação Superior – ISES	Total
Contraprestação pela compra	175.120	13.389	188.509
Ativos de indenização	(108.562)	(204)	(108.766)
Total da contraprestação	**66.558**	**13.185**	**79.743**
Caixa equivalentes de caixa	26.481	326	26.807
Contas a receber de clientes	12.389	2.413	14.802
Tributos a recuperar	231		231
Adiantamentos a fornecedores	30	33	63
Outras contas a receber	457	173	630
Créditos com pessoas ligadas	937		937
Contas a receber de clientes	377		377
Outros créditos a receber	365		365
Imobilizado	9.119	1.538	10.657
Intangível	445		445
Intangível Identificado - Marca	12.100	700	12.800
Intangível Identificado - Carteira de Clientes	800		800
Intangível Identificado - Licenças	45.500	7.600	53.100
Fornecedores	(112)		(112)
Empréstimos e financiamentos			
Salários, encargos e contribuições sociais	(10.759)	(1.557)	(12.316)
Tributos a recolher	(951)	(70)	(1.021)
Parcelamento de tributos		(2.013)	(2.013)
Outras contas a pagar	(590)	(75)	(665)
Empréstimos e financiamentos	(1.998)		(1.998)
Partes Relacionadas	(270)	(937)	(1.207)
Parcelamento de tributos	(44)		(44)
Contingências Indenizatórias	(108.562)	(204)	(108.766)
Provisão para contingências	(3.906)		(3.906)
Outros passivos		(79)	(79)
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	(17.961)	7.848	(10.113)
Goodwill	84.519	5.337	89.856
	66.558	**13.185**	**79.743**

A estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, efetuada pela administração com suporte de seus consultores independentes, considerou as seguintes metodologias:

a) **Carteira de clientes:** o valor justo de contas a receber de clientes foi apurado considerando o método do "Income Approach";

b) **Credenciamento e Licenças de Operação:** as Licenças de Operação estão associados com os Cursos Credenciados e Mantenças credenciadas. Estes são interdependentes e, portanto, satisfazem o critério de separabilidade sob o CPC 04 quando considerados em conjunto. A avaliação do intangível de Licenças de Operação foi feita através da metodologia de Abordagem de Renda e Método "With or Without Method" ("WOWM"). O princípio base do WOWM é avaliar os seguintes cenários: 1º Avaliação do fluxo de caixa de gerado com as licenças adquiridas; 2º Avaliação do fluxo de caixa gerado sem as licenças adquiridas.

c) **Marcas:** A abordagem de Renda, mais especificamente o "Relief-from-Royalty Method", foi utilizada para derivar o valor justo da Marca.

Como trata-se de uma avaliação preliminar, os saldos ainda podem sofrer alterações em sua alocação dentro do período de mensuração, principalmente nos componentes de contas a receber, imobilizado, tributos a recolher, ativo de indenização e provisão para contingências.

A demonstração do resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 inclui, desde a data de aquisição, receitas e prejuízo nos montantes de R$ 18.691 e R$ 1.236 na Universidade de Amazônia e receitas e prejuízo nos montantes de R$ 2.775 e R$ 129 nas Faculdades Integradas do Tapajós

(c) UNG

Em 12 de dezembro de 2014, conforme fato relevante divulgada em15 de dezembro de 2014, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças por meio do qual sua subsidiária Centro Nacional de Ensino Superior Ltda., acordou adquirir 100% do capital social da Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda - SOPEP, mantenedora da UNIVERSIDADE GUARULHOS - UnG, sediada em Guarulhos-SP.

Em 02 de fevereiro de 2015, O Grupo através da sua subsidiária, CENESUP – Centro Nacional de Ensino Superior Ltda. concluiu, no dia 30 de janeiro, a aquisição de 100% do capital social da Universidade Guarulhos - UnG, conforme termos e condições dispostos no Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, celebrado em 12 de dezembro de 2014. Tendo sido concluídas as condições de implementação, incluindo a reorganização societária, a Ser Educacional, por meio da CENESUP (i) pagou, no dia 30 de janeiro, R$63.741 e (ii) pagará, em valores nominais, R$ 139.255, em cinco parcelas anuais corrigidas pelo IGP-M. O valor total da Aquisição é de R$202.996 em valores nominais. Para efeitos de reconhecimento da combinação de negócio foram considerados, a valor presente, os valores a pagar e o valor total da aquisição, respectivamente e na data da operação, de R$ 106.111 e de R$ 169.852

A taxa de desconto que melhor reflete o efeito do prêmio pelo risco para cálculo do valor presente é a taxa DI adicionada de um spread, em linha com os custos de capital da Companhia.

A tabela, a seguir, resume a contraprestação, paga ou a pagar, para aos antigos proprietários da UnG e os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda.
Contraprestação pela compra	169.852
Total da contraprestação	**169.852**
Caixa equivalentes de caixa	1.370
Contas a receber de clientes	186
Tributos a recuperar	4
Adiantamentos a fornecedores	14
Outras contas a receber	200
Imobilizado	13.743
Intangível	738
Intangível Identificado - Marca	17.400
Intangível Identificado - Carteira de Clientes	5.200
Intangível Identificado - Licenças	89.000
Fornecedores	(386)
Salários, encargos e contribuições sociais	(9.683)
Tributos a recolher	(1.572)
Outras contas a pagar	(4.556)
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	111.658
Goodwill	58.194
	169.852

A estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, efetuada pela administração com suporte de seus consultores independentes, considerou as seguintes metodologias:

- **a)** **Carteira de clientes:** o valor justo de contas a receber de clientes foi apurado considerando o método do "Multiperiod Excess Earnings";
- **b)** **Credenciamento e Licenças de Operação:** as Licenças de Operação estão associados com os Cursos Credenciados e Mantenças credenciadas. Estes são interdependentes e, portanto, satisfazem o critério de separabilidade sob o CPC 04 quando considerados em conjunto. A avaliação do intangível de Licenças de Operação foi feita através da metodologia de Abordagem de Renda e Método "With or Without Method" ("WOWM"). O princípio base do WOWM é avaliar os seguintes cenários: 1º Avaliação do fluxo de caixa de gerado com as licenças adquiridas; 2º Avaliação do fluxo de caixa gerado sem as licenças adquiridas.
- **c)** **Marcas:** A abordagem de Renda, mais especificamente o "Relief-from-Royalty Method", foi utilizada para derivar o valor justo da Marca.

Como trata-se de uma avaliação preliminar, os saldos ainda podem sofrer alterações em sua alocação dentro do período de mensuração, principalmente nos componentes de contas a receber, imobilizado, tributos a recolher, ativo de indenização e provisão para contingências.

A demonstração do resultado consolidado do trimestre findo em 31 de março de 2015 inclui, desde a data de aquisição, receitas e lucro nos montantes de R$ 28.015 e R$ 9.093.

27 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de março de 2015, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas
Incêndio de bens do imobilizado (Prédios/Conteúdos)	R$ 28.000
Incêndio de bens do imobilizado (Casco aeronáutico)	US$ 11.270
Responsabilidade civil de funcionários e terceiros	R$ 2.500
Incêndio de bens do imobilizado (R.E.T.A aeronáutico)	R$ 701
Incêndio/Terceiros/Casco de Veículo leves e pesados	100% Fipe
Responsabilidade civil dos administradores	R$ 21.500

28 Eventos subsequentes

a) BENNETT

Conforme fato relevante divulgado em26 de março de 2015, a Companhia celebrou, nesta data, Contrato de Cessão Onerosa de Mantença e Outras Avenças por meio do qual sua subsidiária União de Ensino Superior do Pará - UNESPA, acordou adquirir a Mantença do Centro Universitário Bennet ("Bennet"), licenciado no Rio de Janeiro - RJ. O valor total da cessão onerosa é de R$ 10.000.

O fechamento da operação e a efetiva cessão da Mantença do Centro Universitário à UNESPA está sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes incluindo a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a aprovação da cessão da

Mantença pelo MEC., a Ser Educacional, por meio da UNESPA (i) pagou, no dia 13 de abril de 2015, R$1.000 e, tendo sido concluídas as condições de cessão, (ii) pagará R$ 9.000, no fechamento da operação.

No que se refere a aquisição, por se tratar de contrato de cessão de Credenciamento e Licenças de Operação, a Companhia entende que se trata da aquisição de ativos e não uma combinação de negócios, desta forma, o investimento efetuado será tratado como ativo intangível atendendo ao Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativos Intangíveis.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Ser Educacional S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ser Educacional S.A. (a “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Recife, 14 de maio de 2015

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

José Vital Pessoa Monteiro Filho

Contador CRC 1PE016700/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA E FINANÇAS

REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2015

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 07 dias do mês de maio de 2015, às 9h, na sede administrativa do Grupo Ser Educacional S.A., situada a Avenida da Saudade, 254 — Bairro de Santo Amaro, Recife/PE.

2. PRESENÇAS: Flávio Luz, Francisco Munia Barreto, Renato Chaves representando a totalidade dos membros do Comitê de Auditoria e Finanças. Presentes, também, o Diretor Financeiro e Controller da Sociedade, Habib Bichara e Francisco Leite, respectivamente, bem com o representante da PwC, José Vital

3. MESA: Flavio Luz (Presidente); Francisco Leite (Secretário).

4. ORDEM DO DIA e DELIBERAÇÕES: Os Srs. Membros do Comitê tornaram as seguintes deliberações:

a. Informações Trimestrais

Análise das Informações Trimestrais referentes ao primeiro trimestre de 2015: Foram analisadas por este Comitê de Auditoria e Finanças as Informações Trimestrais referentes ao primeiro trimestre de 2015, devidamente revisadas pelos Auditores Independentes da sociedade, PriceWaterhouseCoopers. Após os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração e com base na minuta do relatório de revisão de informações trimestrais dos Auditores Independentes, este Comitê concluiu, por unanimidade de votos, que as Informações Trimestrais estão em condições de serem encaminhadas ao Conselho de Administração, para a sua apreciação.

5. ENCERRAMENTO, LAVRATURA E APROVAÇÃO DA ATA: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, lavrou-se a presente Ata a que se refere esta Reunião do Comitê de Auditoria e Finanças que, após lida e aprovada, foi assinada pela unanimidade dos membros presentes e pelo secretário.

Recife, 07 de maio de 2015.

Francisco Soares Leite Secretário

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria da Ser Educacional declara, no termos da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 14 de maio de 2015; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

A Diretoria da Ser Educacional declara, no termos da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 14 de maio de 2015; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Substituição Comentário do Desempenho